

330
P. 20 R
Texto ③

3

Indicações e
resumos
Prof. Nair

O texto e suas modalidades

Definição do termo *texto*

Em sentido amplo, a palavra *texto* designa um enunciado qualquer, oral ou escrito, longo ou breve, antigo ou moderno. Concretiza-se, pois, numa cadeia sintagmática de extensão muito variável, podendo circunscrever-se tanto a um enunciado único ou a uma lexia quanto a um segmento de grandes proporções.

São textos, portanto, uma frase, um fragmento de um diálogo, um diálogo, um provérbio, um verso, uma estrofe, um poema, um romance, e até mesmo uma palavra-frase, ou seja, a chamada *frase de situação*¹ ou *frase inarticulada*², como a que se apresenta em expressões como "Fogo!", "Silêncio", situadas em contextos específicos.

Quando não limitado às fronteiras da linguagem verbal, no plano semiótico, de sentido multidimensional, *texto* ou

¹ FRANCIS, W. The structure of American English. Apud GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1971, p. 9.

² MAROUZEAU, J. *Précis de stylistique française*. Paris, Masson, 1946, p. 146.
SAID ALI, M. *Meios de expressão e alterações semânticas*. Rio de Janeiro, Simões, 1951, p. 48 e 55.

Guimarães, E. *A articulação do*
texto. S. Paulo: 15
Ata ca 1990.

33p

discurso é sinônimo de processo que engloba as relações sintagmáticas de qualquer sistema de signos. Pode-se então falar de *texto* ou *discurso* cinematográfico, teatral, coreográfico, pictórico etc.

Sob um outro prisma de reflexão, vê-se o texto, de um lado, como um sistema concluído, um conjunto hierarquizado de configurações estruturais internas; de outro lado, como um objeto aberto, plural, dialogante, ligado ao *contexto extraverbal*.

Dessa face dúplice do texto deduz-se sua significação global emergente das relações fonológicas, morfológicas, sintáticas, semânticas e pragmáticas que estão na base desse complexo sistema — a língua.

Concebe-se assim o texto ou discurso como uma "totalização em funcionamento"³.

Texto e discurso/Texto ou discurso

Texto ou discurso: com o lingüista E. Coseriu, que faz sistematicamente equivalerem *discurso* e *texto*⁴, tomamos aqui como sinônimos os dois termos, empregando, pois, indistintamente, um e outro.

Tipologia do texto

Diante do texto ou discurso, estamos num domínio em que a taxionomia se articula em diferentes níveis, podendo instaurar uma hierarquia de tipos e subtipos.

³ DELHS, Daniel & FILLIOLET, Jacques. *Lingüística e poética*. São Paulo, Cultrix/Editora da Universidade de São Paulo, 1975, p. 56.

⁴ COSERIU, E. *Princípios de semântica estrutural*. Madrid, Gredos, 1977, p. 125 e 203.

Idem. *El hombre y su lenguaje*. Madrid, Gredos, 1977, p. 88 e 242.

Idem. *Gramática, semântica, universales*. Madrid, Gredos, 1978, p. 37, 39, 110 e 207.

Se a atenção se volta fundamentalmente para as estruturas internas do texto, estabelece-se uma tipologia de acordo com a forma de estruturação, esta coincidindo com a diversidade resultante de uma matriz de três gêneros — descritivo, narrativo e dissertativo.

Embora haja sempre uma estrutura dominante, ou seja, aquela que representa o esquema fundamental do texto, este não se caracterizará necessariamente como um único tipo ou forma. Uma parte ou outra será caracterizável como descritiva, seguida de outra argumentativa e de outra ainda narrativa, por exemplo.

Werlich⁵ chama “mistos” a esses tipos de texto.

É preciso captar na diversidade dos textos realizados um certo número de constantes: O que faz o autor no texto? Descreve? Relata? Argumenta?

Cabe lembrar ainda a classificação proposta pela retórica antiga, tal como Barthes⁶ a retoma, em relação ao *discurso argumentativo*:

Discurso deliberativo: o que pretende o aconselhamento.

Discurso judiciário: tem como ponto de mira a acusação ou a defesa.

Discurso epidítico: tem como finalidade a loa ou a censura.

Discurso crítico: visa ao acordo ou à contestação.

A noção de “variantes textuais” aplica-se aos textos que se enquadram na exigência de uma mesma caracterização tipológica, mas que representam diversas possibilidades “institucionalizadas” de realização. Por exemplo, a biografia, o conto, a novela são subtipos do texto narrativo ou “variantes

⁵ WERLICH, E. *A text grammar of English*. Heidelberg, 1976. Apud BERNARDEZ, E. *Introducción a la lingüística del texto*, p. 219. (Ver “Bibliografía comentada”.)

⁶ BARTHES, R. *L’ancienne rhétorique*. *Communications*, n. 16, 1972.

textuais” da narração — esta caracterizada pela ausência de participação direta do emissor.

Assim, é possível distinguir-se ainda entre um tipo de *texto subjetivo* e outro *objetivo*, levados em conta *dados contextuais extralingüísticos*, que relevam o papel primordial do emissor e do receptor do texto, com predominância da perspectiva do emissor. Segundo o grau de participação do emissor no discurso, o texto se classificará como *subjetivo* ou *objetivo*.

Em relação ao tema do texto, tema entendido aqui como núcleo informativo fundamental ou elemento em torno do qual se estrutura a mensagem, sua identificação permitirá ao receptor considerar “entendido” o texto; daí poderá partir para a elaboração de *resumos* do texto, ou para exercícios de *recriação* sob diversas formas (paráfrases, comentários, resenhas, resenhas etc.).

O processo seguido pelo receptor é, de certo modo, oposto ao utilizado pelo emissor. Se este procede desenvolvendo o tema, o receptor deverá, reduzindo as informações que lhe são transmitidas, limitar-se ao fundamental, até chegar a esse *núcleo informativo*.

Vê-se, pois, que o caminho pelo qual o receptor chega à identificação do tema central do texto é um processo de “condensação semântica” semelhante ao processo inverso de “expansão semântica” realizado pelo emissor⁷.

Trata-se de duas operações que, não obstante contrárias na “direção”, fazem-se equivalentes e integradas no processo comunicativo.

Nessa mesma perspectiva — a da relação autor/leitor — ajusta-se a classificação do discurso como:

Discurso autoritário: o autor pretende fazer o leitor *fazer*.

Discurso factivo: o autor pretende fazer o leitor *ser*.

⁷ Cf. BERNARDEZ, E. *Introducción a la lingüística del texto*, p. 155. (Ver “Bibliografía comentada”.)

Discurso científico: o autor pretende fazer o leitor *saber*.

Discurso persuasivo: o autor pretende fazer o leitor *crer*.

Essas amostras de possível tipificação do discurso correm paralelas à viabilidade de uma classificação estribada na finalidade precípua do texto. Assim, por exemplo, a finalidade de *descrição de um processo* configura-se perfeitamente na estrutura sintático-semântica do *texto técnico*.

Essa mesma classe de dependência — a sintático-semântica —, no escopo de fundamentar um princípio ou uma ciência, faz-se presente no *texto científico*.

O *texto didático* reúne elementos estruturais e significativos na ênfase do processo de ensinar.

Informar, através da *notícia*, é a finalidade primeira do *texto-jornalístico*.

O *texto jurídico* toma para si o encargo de esclarecer leis.

A discussão de idéias em torno da essência, das propriedades, das causas e efeitos enfeixa-se na estrutura sintático-semântica do *texto filosófico*.

O *texto político* busca na força da convicção partidária a finalidade de convencer.

É do *texto crítico* o encaminhamento em direção ao juízo de valor.

A valorização da palavra pela palavra encarna o objetivo precípua do *texto literário*.

Os oito primeiros tipos de texto acima mencionados enquadram-se geralmente no âmbito do texto informativo não-ficcional⁸.

O texto literário, com maior frequência, inscreve-se no círculo do ficcional⁹.

⁸ Salvo o caso da ficção científica.

⁹ As propostas de tipologia textual — como se pode deduzir das apresentadas neste capítulo — não se podem basear apenas em variantes estruturais. Devem ainda explicitar a relação do texto/discurso com o uso que dele faz o leitor.

É justo lembrar ainda a classificação proposta por E. Werlich¹⁰, que, a partir das estruturas lingüísticas do texto, aponta o *tipo descritivo* (arranjos no espaço), o *tipo narrativo* (desenvolvimento no tempo), o *tipo expositivo* (análise e síntese das representações conceptuais), o *tipo argumentativo* (tomada de posição) e o *tipo instrutivo* (incitação à ação).

Nota-se que Werlich, ao lado do critério baseado nas estruturas lingüísticas, estriba-se também em dados do contexto extralingüístico, basicamente social — donde o tipo sintético-analítico e o instrutivo.

Para este mesmo autor, as estruturas lingüísticas formam a chamada *base textual*¹¹.

O momento é propício para a confirmação da tese: Se o sujeito falante pode produzir/interpretar um número infinito de discursos diferentes, sua competência é necessariamente uma *competência textual*. É muito pouco provável, e mesmo impossível, que a produção e a percepção de enunciados textuais se operem por uma concatenação não regrada de frases isoladas. A própria noção de coerência seria inexplicável numa tal concepção¹².

Do exposto em torno da definição de texto/discurso e da variação de sua tipologia, desembocamos numa confluência multilateral.

Confluência que — repositório de pressupostos — reúne os *referentes textuais* aos quais ligaremos, daqui por diante, considerações que se propõem a discutir a sistemática da articulação do texto.

¹⁰ WERLICH, E. Text analysis and text production. Apud WOODLEY, Marie Paule. L'écrit en trois dimensions. *Le Français dans le Monde*, n. 167, 1982, p. 58.

¹¹ WERLICH, E. *A text grammar of English*. Apud BERNARDEZ, E. Op. cit., p. 219.

¹² VAN DIJK, Teun A. Grammaires textuelles et structures narratives. In: —. *Sémiotique narrative et textuelle*. Paris, Larousse, 1973, p. 183.

Isto porque freqüentemente buscaremos na exemplificação de um ou outro dos tipos de texto aqui relacionados o *contexto lingüístico* capaz de sustentar linhas teóricas de fundamentação do presente estudo.

4

A organização do texto: articulação de elementos temáticos

Elementos constitutivos da significação do texto

Do mesmo modo que a frase não é uma simples seqüência de palavras, o texto não é uma simples sucessão de frases.

São elos transfrásicos, relações entre as frases no nível do sentido que fazem do texto um conjunto de informações — um conjunto limitado de informações que se seguem sobre um eixo de sucessividade.

O texto bem organizado é refratário à ausência de regras, bem como ao infinito das possibilidades ou à liberdade total em relação a limites.

Duas principais espécies de relações mantêm interligados os elementos constitutivos da significação do texto, ou seja, os *elementos temáticos*: as *relações lógicas* e as *relações de redundância*.

As primeiras são condicionantes do processo de *expansão do texto*; as *relações de redundância* garantem-lhe a fixação, tornando o *tema* — ou a informação fundamental — *iterativo*, isto é, repetido ao longo do texto.

Resultantes da sintonia entre relações lógicas e relações de redundância

Ambas, embora num eixo de sucessividade, executam um duplo movimento que chamamos de *antecipação* e de *retroação*. Assim, se um elemento é determinado por aquele que se lhe segue (imediatamente ou não), reciprocamente ele anuncia (explicitamente ou não) o que o sucede. Por força desse fato, forja-se um encadeamento capaz de transformar o eixo de sucessividade numa concatenação “marca vaivém”.

É a *rede de relações* estabelecida nesse movimento dúplice que permitirá captar o sentido do texto, e distinguir suas unidades constitutivas.

Com efeito, pode-se verificar no texto uma solicitação constante a que o leitor opere reagrupamentos que permitam aproximar elementos distanciados entre si.

Troquemos em miúdos essas noções, examinando à sua luz o seguinte texto:

Diz o Sr. Eugenio Gomes que Machado de Assis não era capaz de praticar qualquer excesso porque “sua palheta não dispunha de tinta em abundância para esse fim”.

Creio, ao contrário, que era homem de todos os excessos e dono de uma palheta riquíssima. Mas era também um mulato a galgar a escada difícil da consideração e do respeito dos brancos. E isso só seria possível se fosse intelectualmente mais branco do que os próprios brancos do país. Se fosse inglês...

Suas correções bem o demonstram. Na primeira redação ainda passa muita coisa espontânea e em particular certo pedantismo. Na revisão é a inteligência crítica que trabalha e se impõe o ajuste da personalidade escolhida para vencer. Então o artista corta, limpa, esconde tudo que possa fornecer aos que visa impressionar o menor pretexto a alusões maliciosas. Que não transpareça a erudição, que não se perceba o desejo abafado de brilhar.

Nem tudo, porém, nessas correções reflete a vontade de se manter fiel a uma personalidade construída em parte cons-

cientemente e em parte sob a ação dos seus complexos. Há nelas todo um esforço artesanal de artista desejoso de dar à sua expressão a maior justeza, de dizer exatamente o que quer e em vista de um determinado fim. Há nelas a presença do profissional apaixonado pela sua profissão.

O cotejo destes textos da primeira e da segunda edição do capítulo intitulado “O alienista” mostra como a versão inicial, já bastante depurada e por certo defensável estilisticamente, se aprimora mais ainda após as correções. E, de concisa que era, se torna mais precisa e limpa. Fica o essencial exposto com mais força, mais caráter, mais elegância.¹

As unidades constitutivas do texto de Sérgio Milliet contêm, seja diretamente, seja de maneira subjacente, a seguinte tese: a *concisão* é o objetivo precípua e a nota fundamental da expressão artístico-literária em Machado de Assis.

Nuclear no texto, esta *informação*, que está claramente expressa em “há nelas [nas correções] todo um esforço artesanal de artista desejoso de dar à sua expressão a maior justeza, de dizer exatamente o que quer e em vista de um determinado fim”, repete-se com identidade de conteúdo em outras unidades do texto: “então o artista corta, limpa”; “a versão inicial, já bastante depurada e por certo defensável estilisticamente, se aprimora mais ainda após as correções. E, de concisa que era, se torna mais precisa e limpa. Fica o essencial exposto com mais força, mais caráter, mais elegância”.

Sustentam-se, pois, nessa linha as *relações lógicas* — estas intervaladas por outras passagens, as quais revelam o móvel que impulsiona o gênio de Machado de Assis para o exercício persistente da concisão: o fato dos seus complexos.

Vejam-se as seguintes passagens:

“Mas era também um mulato a galgar a escada difícil da consideração e do respeito dos brancos”; “na revisão é

¹ MILLIET, Sérgio. *Diário crítico de Sérgio Milliet*. São Paulo, Martins/Edusp, 1982, v. 7, p. 164.

a inteligência crítica que trabalha e se impõe o ajuste da personalidade escolhida para vencer”; “esconde tudo que possa fornecer aos que visa impressionar o menor pretexto a alusões maliciosas. Que não transpareça a erudição, que não se perceba o desejo abafado de brilhar”; “nem tudo, porém, nessas correções reflete a vontade de se manter fiel a uma personalidade construída em parte conscientemente e em parte sob a ação dos seus complexos”.

Estas passagens preenchem uma função de complementaridade; são patamares na progressão do texto — patamares que asseguram a percepção das *relações lógicas* ou dos *núcleos*, se tomarmos a terminologia adotada por R. Barthes².

Segundo este mesmo autor, as unidades complementares ou as *relações de redundância* são as catálises³, representadas no texto de Sérgio Milliet por argumentos que corroboram a tese defendida pelo crítico.

Vê-se que se trata de um texto marcadamente caracterizado pela iteração, tanto no que se refere às *relações lógicas* quanto no que diz respeito às *relações de redundância* — ambas funcionando, em primeiro plano, como contestação à tese de Eugenio Gomes, para quem a “palheta machadiana” — riquíssima no entender de Sérgio Milliet — é desprovida de tinta para o traçado de qualquer excesso.

Os mecanismos de repetição favorecem o desenvolvimento temático, permitem um jogo regrado de retomadas a partir do qual se fixa um fio textual condutor.

Encadeamento e concatenação

Uma vez delimitadas as unidades de sentido pela evidência das relações que elas mantêm entre si, é a busca das

² BARTHES, R. L'analyse structurale du récit. *Communications*, n. 8, 1971.

³ Idem, *ibidem*.

relações que o todo entretém com cada unidade que permitirá o *encadeamento* capaz de transformar o eixo de sucessividade em *concatenação*.

E constata-se que o sentido do texto não se encerra nos limites de uma ou mesmo de várias unidades; antes, constrói-se por seu jogo múltiplo e mútuo, resultando a *coerência do texto*⁴ da sintonia entre as *relações lógicas* e as *relações de redundância*.

Da colocação das unidades em relação sistemática nasce este objeto ao mesmo tempo coerente e complexo — o texto⁵, cujo sentido, porém, não é um dado prévio; ele depende das relações que as *unidades textuais* entretém umas com as outras e constitui, de qualquer modo, uma *matriz de funcionamento*, que adquire determinada estrutura a partir do instante em que passa a integrar a mensagem. O que lhe confere a essência, como vimos, é uma particular *rede de relações* — esta lhe garantindo a coesão e a unidade, ou seja, sua perfeita articulação.

Variação da estrutura temática

As relações que definem a estrutura temática do texto esclarecem-se num campo nocional de múltiplas dimensões.

Não se restringem, pois, à interação de unidades significativas, mas estendem-se a outros eixos da significação, tais como: as *práticas intertextuais*, as *operações metalingüísticas*, e os *procedimentos que asseguram coesão e coerência do texto*⁶.

Detenhamo-nos em cada um desses pontos.

⁴ A questão de *coerência* será detidamente explorada no subitem que trata dos “procedimentos que asseguram coesão e coerência do texto”.

⁵ Cf. PETROFF, André. *Méthodologie de la contraction de texte. Langue Française*, n. 26, 1974, p. 41.

⁶ Cf. VIGNER, G. *Écrire*. Paris, CLE International, 1982, p. 45.

1 — *As práticas intertextuais* — Inscrevem o texto novo num campo intelectual já conhecido do leitor, com quem estabelecem uma espécie de convivência, pela reutilização de material que remete a um “já escrito” que predetermina o texto e lhe assegura a previsibilidade⁷ — desde a simples reminiscência até a citação.

A leitura linear cede o espaço a uma leitura em travessias e vinculações, fixando-se na confluência de excertos emergentes de horizontes múltiplos.

Tomemos, por exemplo, o caso da *citação* — instrumento intertextual capaz de desempenhar várias funções, segundo a sua colocação na linearidade do texto. Assim, podemos concebê-la como simples *ilustração* — o próprio termo *ilustração* referenciando bem a possibilidade de uma função puramente ancilar da citação. Tomemos como exemplo — para não irmos longe demais — a nota de rodapé abaixo, com a qual *ilustramos* a noção de intertextualidade exemplificada no fenômeno da citação.

Em outros contextos, o recurso da citação pode funcionar como um *tema*, tal qual acontece quando cumpre a função de epígrafe e aí se define como o fator de vinculação do texto a determinado sentido, quando não mesmo a um universo literário. É exemplo disto *O pirotécnico Zacarias*, de Murilo Rubião — coletânea de oito contos precedidos de epígrafes bíblicas, estas com caráter funcional na história, numa insinuação do sentido, em funda analogia com a linha temática dos contos.

Veja-se, por exemplo, a epígrafe que precede o conto “O edifício”:

⁷ Lembremos a afirmação de C. Grivel (*Les universaux du texte. Littérature*, n. 30, 1978, p. 25-50): “Um texto é uma operação de citações. Seu tecido é perfeitamente citatório, até mesmo reiterativo. [...] Um texto constitui sempre uma reação a outros textos. [...] Neste sentido, um autor é um compilador”.

Chegará o dia em que os teus
pardieiros se transformarão
em edifícios;
naquele dia ficarás fora da lei.⁸

Harmoniza-se com o tom profético da epígrafe a predição da lenda inserida no conto, segundo a qual surgiriam graves desentendimentos entre os operários, atingido o octingentésimo andar do edifício em construção.

A expressão bíblica “ficarás fora da lei” explica a realização da profecia, não obstante a esperança do engenheiro-construtor:

Daqui para frente nenhum obstáculo interromperá nossos planos! (os olhos permaneciam umedecidos, mas os lábios ostentavam um sorriso de altivez)⁹.

É possível ainda atribuir-se à passagem que se representa no texto pela *citação* uma *função conclusiva*, tal como acontece, por exemplo, no final do conhecido romance de Umberto Eco, *O nome da rosa*, onde a citação latina “Stat rosa pristina nomine, nomina nuda tenemus” traduz em síntese o espírito que vivifica a obra.

Texto-enxerto, a *citação* enraíza-se no seu novo meio, articulando-o com outros contextos e, assim, efetivando o trabalho de assimilação, que, ao lado do da transformação, propõe-se como essência da intertextualidade.

2 — *As operações metalingüísticas* — “As operações metalingüísticas consistem em proposições equacionais que surgem desde que há incerteza.”¹⁰

Da definição da Jakobson é possível deduzir um traço fundamental do processo metalingüístico, ou seja, a *equivalência semântica* de dois textos — um explicando o outro.

⁸ RUBIÃO, Murilo. *O pirotécnico Zacarias*. 11. ed. São Paulo, Ática, 1986, p. 35.

⁹ Idem, *ibidem*, p. 39.

¹⁰ JAKOBSON, R. *Essais de linguistique générale*. Cit., p. 203.

Processo, portanto, de caráter redundante, uma vez que referencia de duas ou mais maneiras diferentes o mesmo conteúdo. São, pois, *relações de redundância* — recapitulando nossas reflexões do capítulo anterior — as que se firmam no texto que tem a *metalinguagem* como instrumento, ou seja, o próprio código como referente.

A reiteração do sentido inscreve-se no projeto de maior clareza do texto. Na frase acima “no texto que tem a metalinguagem como instrumento, ou seja, o próprio código como referente”, situamo-nos no âmbito da metalinguagem, pois repetimos, ao introduzirmos *ou seja*, o que já havia sido dito.

Exemplo típico de texto eminentemente metalingüístico é o *texto didático*, já mesmo pela finalidade que lhe é própria: ensinar — o que implica o exercício da fixação. O texto didático é por excelência, pois, um tecido de equivalências, um processo relacional entre linguagens, uma intenção de assegurar a melhor recepção da mensagem.

No texto metalingüístico há, portanto, uma dinâmica prevalentemente articuladora — as referências apontando para si próprias.

Função metalingüística (centrada no código)

- Você é um *papalvo*, Boleslau!
- Bonita palavra! Que significa?
- *Papalvo* é *néscio*.
- E que quer dizer *néscio*?
- *Néscio* significa *pacóvio*...
- E *pacóvio*?
- *Pacóvio* é *boboca*, seu!
- Eu?? ¹¹

3 — Os procedimentos que asseguram coesão e coerência do texto

a — *Relações semânticas entre lexemas* — Uma das formas básicas condicionantes da *coesão textual* é a *conexão*

¹¹ Apud OLIVEIRA, Hiram R. & DANELON, J. G. de. *Português*. São Paulo, Ática, 1980, p. 167.

entre elementos léxicos sucessivos — representando as relações entre lexemas, importante instrumento articulatório do texto.

Estas relações entre lexemas estão estreitamente ligadas a outros processos de *textualização* — entre os quais se destacam a apresentação e o desenvolvimento do *tema* do texto ou de suas diferentes unidades temático-comunicativas, conforme já vimos.

Com efeito, não se separam as relações entre lexemas do estudo dos fenômenos do *tema* do texto, uma vez que a *reiteração léxica* é poderoso fator para o exercício de elucidação da mensagem veiculada na progressão textual.

É esta uma das resultantes primordiais das frases articuladas semanticamente, ou das *cadeias* chamadas isotópicas ou *nominativas*, isto é, enlaces semânticos de frases mediante *repetição léxica*.

b — *A co-presença de traços semânticos* — Total ou parcialmente idênticos, os traços semânticos co-presentes no texto apontam para dois tipos fundamentais de repetição: a *simples iteração* e a *substituição léxica*.

A simples repetição de um lexema pode significar *efeitos estilísticos* de especial relevância na carga de significação do texto, como se deduz do seguinte excerto de *Uma vida em segredo*:

Não ia nunca saber o *nome* daquele cachorro, carecia *nomeá-lo*. Se o tratasse com jeito, muito carinho, se o *nome* fosse bom, o *nome* pegava. *Nome* bom a gente sabe é depois. Mas não queria um desses *nomes* comuns de cachorro da roça, que todô cachorro se chama. Queria um *nome* novo; bem novo, inventado agora, que fosse só dele. Todô mundo assim se lembraria. Ia dormir com um *nome*, só *nome* com que a gente dorme é que pega. ¹²

¹² DOURADO, Autran. *Uma vida em segredo*. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1975, p. 147.

A repetição sistemática do mesmo lexema (*nome*), que em outros contextos se poderia atribuir a pobreza vocabular ou a desnecessária redundância, passa a significar no contexto-criação do romancista recurso enfático e inestimável *força articulatória* dos elementos significativos do texto — sintetizados na valorização da importância do *nome*.

Tem-se aqui a coesão do texto mantida pelas rédeas de uma redundância sabiamente planejada.

A propriedade do recurso iterativo no texto de Autran Dourado convida-nos à evocação deste comentário de Marouzeau:

Quando num discurso se encontram palavras repetidas e que, ao tentar corrigi-las, elas parecem tão apropriadas que o discurso sem elas se estragaria, é preciso deixá-las.¹³

M. Charolles vê na coesão lexical — aludindo ao que ele chama *metarregra de repetição*¹⁴ — um mecanismo de coerência do texto.

A repetição mais freqüente, entretanto, é a utilização de elementos léxicos formalmente distintos, porém semanticamente idênticos ou quase idênticos, comportando semas afins, ou seja, o caso da substituição léxica.

Citemos, em primeiro plano, a *substituição léxica sinônima* — considerada a identidade entre o *substituendum* e o *substituens*.

Já está consabida e aceita a tese da inexistência de sinônimos perfeitos, ou seja, passíveis de serem permutados em quaisquer contextos, dada a diversidade de conotações que pode circundar a essência da carga semântica de palavras apontadas como sinônimas.

¹³ MAROUZEAU, J. *Précis de stylistique française*. Cit., p. 173.

¹⁴ CHAROLLES, M. Introduction aux problèmes de la cohérence des textes. *Langue Française*, n. 38, mai. 1978, p. 21.

Pense-se, por exemplo, nos matizes de significado da parrelha casa/lar, nas seguintes frases:

“O casal comprou uma *casa*” / “O casal formou um *lar*”.

Aí seria inadequada a permuta dos ditos sinônimos de uma frase à outra.

A sinonímia não existe, efetivamente, no nível puramente léxico, mas no nível textual, porquanto o que aqui interessa é fundamentalmente a *identidade referencial*. Em outras palavras: na perspectiva da chamada “semântica referencial”, são lexemas sinônimos os que possuem *identidade referencial*, quer dizer, os que se referem a um mesmo objeto, ação, processo, estado etc. da realidade extralingüística, mencionados em dois ou mais lugares sucessivos do texto.

A relação semântica é, pois, reflexo das ligações realmente existentes na realidade (ou na interpretação da realidade). Assim, a condição imprescindível para que exista *relação semântica lexemática* no texto é que exista uma *relação de coerência* entre objetos, ações etc. da realidade — os quais são referenciados por meio da linguagem.

É o que M. Charolles entende por metarregra de relação, quando trata da questão da coerência do texto¹⁵.

Entre os *substitutivos lexicais*, salientam-se ainda o *hiperônimo* — o *hipônimo* e as *palavras gerais*¹⁶ que, disseminados no texto, remetem aos mesmos dados, às mesmas noções e contribuem assim, num processo articulatório, para homogeneizá-lo, emprestando-lhe a *unidade de significação* sem a qual ele não existiria como texto.

Dá-se a *hiperonímia* quando a primeira expressão mantém com a segunda uma *relação todo/parte*. Assim, a pala-

¹⁵ Idem, ibidem, p. 21.

¹⁶ A nomenclatura é de Halliday, em: HALLIDAY & HASAN. *Cohesion in English* (Ver “Bibliografia comentada”).

vra *peixe* é sobreordenada em relação a lambari, traíra, bagre etc.

Lembremos que, em geral, o enunciado de uma definição começa por situar o termo a ser definido numa classe mais vasta expressa por um *hiperônimo* — o que verificamos, por exemplo, quando em consulta ao dicionário.

À relação de inclusão de um termo específico num termo geral — ou de parte/todo — dá-se o nome de *hiponímia*. Assim, o sentido de lírio, por exemplo, está incluído no de flor.

Por palavras gerais — também chamadas *pró-formas lexicais de valor nominal*¹⁷ — devem ser entendidos os termos cujo sentido globalizador resume outros, mais determinados. Termos como *negócio, coisa, objeto, lugar, assunto, pessoa* etc.

Ainda no âmbito da substituição léxica, distinguem-se os *substitutos nominais* ou a *nominalização* e a *elipse*.

O que se deve entender por *nominalização*?

Tem-se a *nominalização* quando uma mesma noção é expressa primeiro por uma unidade verbal, e retomada mais longe no discurso por um *substantivo*. Assim, por exemplo, “Tudo indica que o industrial se dispôs a *financiar* a compra do imóvel” será retomado por “Tudo indica que o industrial se dispôs ao *financiamento* da compra do imóvel”.

O exemplo ilustra o que se chama *nominalização estrita* — diferente da nominalização denominada *anáfora conceptual*¹⁸.

Esta consiste na retomada da idéia global subjacente a um enunciado ou mesmo um grupo de enunciados:

Essa riqueza polivalente e ubíqua que é o petróleo, cada vez mais avassaladora e cada vez mais indispensável à civilização moderna, percorreu um árduo caminho durante o seu

¹⁷ BERNARDEZ, E. Op. cit., p. 105.

¹⁸ MOIRAND, Sophie. Le rôle anaphorique de la nominalisation dans la presse écrite. *Langue Française*, n. 28, déc. 1975, p. 65.

século de existência em escala comercial. Foi um caminho pontilhado de intrigas e de episódios sangrentos, desde conflitos localizados até amplas hostilidades entre nações.

O Brasil não foi vítima de semelhantes fatos. Os desentendimentos aqui havidos não passaram de torneios de esgrima. *É que as suposições em torno das possibilidades petrolíferas brasileiras foram, até certa altura, sumamente pessimistas.*¹⁹

O enunciado sublinhado por nós é interpretativo do que se disse antes a respeito da situação Brasil/petróleo.

No caso, pois, da *anáfora conceptual*, não se retoma um termo do enunciado precedente; antes, este é substituído por um enunciado que interpreta o que se disse antes. Assim o avanço do discurso se opera por força de uma recapitulação interpretativa — procedimento de “economia” ou condensação que alivia a carga lingüística dos elementos de retomada, ao mesmo tempo em que preserva a unidade de conteúdo do texto.

Outra forma de substituição no texto é a *elipse* — forma especial de substituição na qual o substituto é zero.

Assim, em “O aluno estudou e aprendeu a lição”, na segunda oração, o sujeito é dito *nulo*, isto é, não realizado lexicalmente. Sintaticamente, é um certo tipo de *categoria vazia*. A presença do sujeito nulo torna-se possível pela presença de marca de flexão no verbo.

Veja-se no texto abaixo a frequência desse tipo de elipse:

Louve-se nos mineiros, em primeiro lugar, a sua presença suave. Mil deles não causam o incômodo de dez cearenses. Não gritam, não empurram, não seguram o braço da gente, não impõem suas opiniões. Para os importunos inventaram eles uma palavra maravilhosamente definidora e que traduz bem a sua antipatia para essa casta de

¹⁹ SEREBRENICK, Salomão. *O petróleo*. Rio de Janeiro, Bloch, 1971, p. 3-4.

gente; ao importuno os mineiros chamam de "entrão"! Não têm arroubos nem arrogâncias nem contam vantagem. Donos de terra tão rica e tão ilustre, mostram uma espécie de humildade naquela posse, e ao mesmo tempo uma segurança tranqüila, que não lhes deixa margem para bazó-fias. Os tesouros deles a gente é que os tem de descobrir, pois, na sua discrição, o gosto dos mineiros é fingir que os ignoram. No entanto, sabem multíssimo bem o que possuem ²⁰.

Em geral, a elipse só é possível quando o elemento elidido é perfeitamente identificável, seja intra, seja extratextualmente.

Extratextualmente — ou seja, no caso em que a *elipse* remete não a um outro enunciado, mas a um elemento do *contexto situacional* — sua propriedade funcional específica está em que a relação criada é necessária e constante.

Quando alguém, por exemplo, diz "Terminado!", o elemento não representado (um argumento virtual, se se pode dizer assim) está obrigatoriamente presente — seja num enunciado precedente ("Que foi feito do trabalho?"), seja na *situação da enunciação* —; o receptor tendo forçosamente seguido de perto ou de longe o que acaba de terminar.

Importa menos que a elipse designe o *contexto verbal* ou o *extraverbal* do que o fato de serem essas dependências (as do contexto verbal com o extraverbal) propriedade funcional invariante da elipse ²¹. Não se tem de analisar uma *elipse* para aí ler uma dependência; *sua existência mesma é a marca dessa dependência*.

É momento de evocar o caráter elíptico dos enunciados exclamativos. Não é porque é exclamativo que "Que baru-

²⁰ QUEIROZ, Rachel de. Mineiros. In: *Cem crônicas escolhidas*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1958, p. 82.

²¹ CHERCHI, Lucien. L'ellipse comme facteur de cohérence. *Langue Française*, n. 38, p. 118-28.

lho!" é elíptico — mas sim porque os enunciados exclamativos estão automaticamente ligados a um *contexto situacional*.

Uma das formas expressivas e bastante frequentes do elo necessário entre a *situação enunciativa* e a *elipse* é o que R. Gunther chama "elipse telegráfica" ²², a qual figura em avisos ao público, tais como *Perigo*, *Fechado*, *Animais na pista*, endereçados a todo receptor a quem ocorre captar a mensagem.

Se a forma elíptica é um meio de recuperação das dependências, o que dizer da natureza dessas dependências?

Pode-se formular, entre outras, a seguinte hipótese: o exame das elipses justifica-se não pelo que lhes falta, mas pelo que elas mostram — raciocínio que nos leva a concluir que as elipses consistem menos em suprimir do que em articular.

Articular o quê? *Texto e contexto*, ou seja, *referentes textuais e referentes situacionais*.

Aí o seu papel de poderoso fator da coerência do texto.

Substitutivas e articuladoras são também as chamadas *pró-formas lexicais* ²³, isto é, elementos léxicos especializados na substituição. Deste tipo são os *pró-verbos*, quer dizer, os substitutos ditos *universais* para os verbos, tal como ocorre com o verbo *fazer*:

"O menino comentou o ocorrido. Muitos outros *fizeram* o mesmo".

Nas estruturas de pergunta e resposta, o mesmo verbo *fazer* pode apresentar-se como substituto de outro que figura na pergunta:

— Estás estudando?

— Sim, *faço* isto.

Note-se, entretanto, que só os verbos que exprimem ação se substituem por *fazer*, uma vez ser impossível dizer, por exemplo,

²² GUNTHER, R. Elliptical sentences in American English. *Lingua*, n. 12, 1963, p. 137-50.

²³ BERNARDEZ, E. Op. cit., p. 105.

“José parece aborrecido. O mesmo faz João” — o que nos leva à seguinte inferência: fazer não é um *substituto verdadeiramente universal*, pois não substitui a categoria completa *verbo*, senão determinadas classes semânticas de verbos. Talvez *fazer* possa ser considerado um *hiperônimo verbal*, assim como *ele* é um hiperônimo para pessoas do sexo masculino.

São ainda *pró-formas* os *pronomes pessoais*. Destes só os de terceira pessoa podem considerar-se propriamente *substitutos textuais*, isto é, substitutos de elementos já figurados no texto. Em outras palavras: são *elementos endofóricos* em função chamada *anafórica*²⁴.

Os pronomes de primeira e segunda pessoas usam-se como *função exofórica* ou *contextual*, isto é, fazem referência a algo existente fora do texto, aos participantes no ato comunicativo.

Ainda que possam cumprir também a *função exofórica*, os de terceira pessoa são os únicos que figuram endoforicamente.

Assim, a presença do *eu* no texto escrito não reproduz ou substitui um termo empregado anteriormente, mas refere-se ao falante, enquanto este se acha “fora” do mesmo texto. Assim também ocorre com o de segunda pessoa, que faz referência ao ouvinte. Os de terceira, ao contrário, funcionam como substitutivos de elementos intratextuais.

Foram premiados José e Maria. *Ele* está muito contente com a premiação.

Os *demonstrativos* introduzem distinções de tipo *dêitico*, de distanciamento/proximidade, conforme comentamos no capítulo 2.

²⁴ Halliday e Hasan, em *Cohesion in English* (op. cit.), falam em *referência endofórica* — ou “dentro do texto” — e *referência exofórica* — ligada ao contexto de situação.

Citemos ainda os *pró-advérbios*²⁵, que, além de sua utilização exofórica suficientemente conhecida, substituem elementos com função adverbial, desempenhando o papel de *substitutos endofóricos*, de elementos presentes no texto:

Alguns correram *para o albergue*. *Ali* havia mais segurança.

caso em que o advérbio substitui todo um *sintagma adverbial*. Pode-se, entretanto, proceder à substituição sobre outro simples advérbio:

Todos permaneceram *fora*. *Aí* fazia menos calor.

Se a substituição, em geral, processa-se em relação a termos posteriormente situados no texto, fala-se em *catáfora*.

Anáfora e catáfora integram o processo denominado *diafórico*²⁶.

O texto a seguir exemplifica o emprego da catáfora:

Passei dias no escritório lendo coisas, escrevendo coisas, discutindo coisas, telefonando, providenciando, funcionando. E, enquanto isso, *ela* invadia a bela República do Chile e dançava e sorria por todos os campos, entre a Cordilheira e o Mar. *Ela* havia chegado, e eu não a vira, a *Primavera*.²⁷

Os pronomes sublinhados no texto são *catafóricos* em relação a *Primavera*.

Sintetizando o que foi exposto acerca das pró-formas: todas elas estabelecem uma referência da identidade com elementos, ou situados no texto ou identificados extratextualmente, mediante nosso conhecimento do mundo ou do *contexto situacional*.

²⁵ BERNÁRDEZ, E. Op. cit., p. 114.

²⁶ Cf. MAILLARD, M. Essai de typologie des substituts diaphoriques. *Langue Française*, n. 21, 1974, p. 17.

²⁷ BRAGA, Rubem. *Ai de ti, Copacabana!* Rio de Janeiro, Editora do Autor, 1960, p. 25-6.

Esta reflexão-síntese serve-nos de trampolim para considerações mais conclusivas a respeito da questão da *coesão* e da *coerência textual*.

Coloquemos a questão à luz da idéia de que existem no texto procedimentos de estabilização e de integração dos lexemas, graças aos quais nos é possível interpretar o enredo, apreender os dados de referência, compreender um raciocínio argumentativo — procedimentos sem os quais o texto não se definiria como “uma extensão finita de palavra, unificada do ponto de vista do conteúdo”²⁸.

Esses procedimentos de integração dos lexemas coincidem, pois, com a renovação constante de um suporte semântico no texto — fato explicado por M. Charolles pelo que ele chama *metarregra* de progressão²⁹.

O mesmo autor, ainda analisando os elementos condicionantes da coerência do texto, fala em *metarregra de não contradição*, ou seja, a necessidade de que nenhum elemento semântico contradiga um conteúdo posto ou pressuposto anteriormente no texto.

Mas, afinal, *coesão* e *coerência* são a mesma coisa? Distinguem-se? Em quê?

Para resposta a essas perguntas, recapitulemos primeiro a noção do texto que se constrói por força de *referentes textuais* — mecanismos lingüísticos de retomada, garantia de conectividade.

Esses mecanismos léxico-gramaticais de seqüencialização — já estudados — geram o conjunto de frases que constituem a *microestrutura do texto* — esta articulada com a *macroestrutura*³⁰, ou seja, a estrutura semântica global.

²⁸ BARTHES, R. L'ancienne rhétorique. Cit.

²⁹ CHAROLLES, M. Op. cit., p. 21.

³⁰ VAN DIJK, Teun A. *Texto y contexto*. (Ver “Bibliografia comentada”.)

Esta estrutura semântica global ou esta *macroestrutura* representa-se em primeiro plano — isto é óbvio — pelo desenvolvimento temático do texto.

Sua realização plena, todavia, condiciona-se ainda à adequação entre os elementos cognitivos ativados pelas expressões léxico-gramaticais e o universo de referência do texto.

A essa adequação ou a essa plena realização da estrutura semântica global é que chamamos *coerência*.

Atente-se, por exemplo, para o texto seguinte:

Os leões subiram as montanhas geladas e puseram-se a perseguir a foca. Os esquimaus os chamavam por seus nomes. As feras corriam sobre o gelo, protegendo-se com suas garras para não caírem. Quando estavam prestes a alcançá-la, a foca alçou vôo.³¹

A incoerência do texto — se se tem em mente o “mundo normal” — decorre da incompatibilidade entre aquilo que ele descreve e os fatos da realidade: os leões não habitam territórios gelados, os esquimaus não se utilizam desses animais para caçada, e nem as focas voam.

Se, porém, inserido num contexto ficcional fantástico, o mesmo texto haveria de exibir a coerência própria desse tipo de contexto.

Mas estamos tratando do “mundo normal”, portanto da consonância entre *referentes textuais* e *referentes situacionais* — campo de pouso da coerência.

Nessa linha, se um texto apresenta um “estado de coisas / mundo anormal”, é preciso que, simultaneamente, e salvaguardando a coerência, ele contenha determinadas fórmulas ou expressões capazes de instruir o leitor a respeito dessa anormalidade.

Assim, no enunciado seguinte:

³¹ BERNARDEZ, E. Op. cit., p. 120.

“*Ainda que todos o considerem um homem feliz, ele se julga a mais desgraçada das criaturas*”; a junção contrastiva expressa por *Ainda que* exerce uma função instrutiva para que se considere “anormal” o estado de coisas descrito.

Em “Que azar! Alimentava tanta esperança e nada se cumpriu”, o comentário avaliativo *Que azar!* é expressão indicativa da anormalidade, do que se segue.

Ainda nesse mesmo prisma de reflexão, lembremos a necessidade de correspondência entre a seqüência de frases formadas por junção e as condições cognitivas gerais.

Assim, a coerência do texto é representada no isomorfismo entre a ordem linear das seqüências e “a ordenação temporal relativa dos fatos descritos”³². Comparem-se, por exemplo:

O menino levantou-se, tomou a bênção do pai, anunciou a hora da volta e partiu.

e

O menino tomou a bênção do pai, partiu, anunciou a hora da volta, levantou-se.

A organização das seqüências textuais pode pautar-se ainda pela ordem de percepção do objeto — o que é bastante freqüente no *texto descritivo*:

A um canto, pendia da parede um crucifixo em alabastro, aos pés do qual havia um escabelo de madeira dourada.

Pouco distante, sobre uma cômoda, via-se uma dessas guitarras espanholas que os ciganos introduziram no Brasil quando expulsos de Portugal e uma coleção de curiosidades minerais de cores mimosas e formas esquisitas.

Junto à janela, havia um traste que à primeira vista não se podia definir: era uma espécie de leito ou sofá de palha matizada de várias cores e entremeada de penas negras e escarlates.³³

³² MATEUS, Maria Helena M. et alii. *Gramática da língua portuguesa*, p. 205. (Ver “Bibliografia comentada”.)

³³ ALENCAR, José de. *O guarani*. Rio de Janeiro, José Olympio, s.d., p. 8.

Às vezes, porém, a não-correspondência entre a ordem das seqüências textuais e a ordenação temporal ou lógica dos estados de coisas descritos, longe de se tornar um fator de incoerência do texto, enfatiza-lhe os tópicos mais relevantes:

O conferencista dissertou brilhantemente sobre o tema proposto. Os ouvintes o aplaudiram de pé. Antes, ele fora apresentado pelo mestre-de-cerimônia como um dos mais eloquentes oradores da região.

Daquilo que se discutiu até aqui em torno da questão coesão/coerência, abriu-se-nos caminho para reflexões — conclusivas mais que ilustrativas.

Vamos a elas. Para definir *coerência textual*, não é suficiente assinalar as relações mantidas entre as unidades lingüísticas que representam superficialmente o texto. Antes, será necessário considerar o processo total ou a estrutura semântica global desde a intenção comunicativa do escritor ou do locutor até as estruturas lingüísticas em que se manifesta finalmente essa intenção.

O texto é coerente não porque as frases que o tecem guardam entre si determinadas relações, mas antes porque estas relações existem precisamente por força da coerência do texto. Desse fato pode-se concluir a *coesão* ser *efeito* da coerência.

Esta é vista como um fenômeno pragmático que, por isso, atua já antes da estrutura propriamente lingüística do texto, ou corresponde ao processo pré-lingüístico que parte da intenção comunicativa.

Em consequência, o texto chega a ser coerente e a refletir-se numa sucessão linear de unidades lingüísticas relacionadas — estas gerando a *coesão* — devido à existência de um plano global prévio à articulação textual.

Cabe aqui explorar a noção que os autores britânicos Halliday e Hasan atribuem ao termo “textura” (*texture*) —

definido como “aquilo que faz com que um texto possua coerência”³⁴.

Trata-se, por conseguinte, não de um meio, mas de uma propriedade, uma característica do texto, o qual será tanto mais texto quanto mais possuir *textura*.

Os dois autores analisam a textura como resultante da combinação de configurações semânticas de dois tipos: as do *registro* e as da *coesão*.

As primeiras referem-se fundamentalmente aos aspectos sociais extralingüísticos. A *coesão* liga-se a relações de significado que existem dentro do texto.

Aqui chegados, sobra-nos fôlego para responder à pergunta: “Afinal, *coesão* e *coerência* são a mesma coisa? Distinguem-se?”

O exposto autoriza-nos a seguinte conclusão: ainda que distinguíveis (a *coesão* diz respeito aos modos de interconexão dos componentes textuais; a *coerência* refere-se aos modos como os elementos subjacentes à superfície textual tecem a rede do sentido), trata-se de dois aspectos de um mesmo fenômeno — a *coesão* funcionando como *efeito da coerência*, ambas cúmplices no processamento da articulação do texto.

³⁴ HALLIDAY & HASAN. Op. cit., p. 2-3.

5

Organização do texto: articulação de elementos estruturais

Noção de estrutura

Ao lado dos elementos temáticos cujas relações intratextuais asseguram a coesão do texto, alinham-se os *elementos estruturais*, ou seja, aqueles que mais especificamente determinam o modo de organização do texto.

Um processo de construção interativa integra numa determinada forma esses elementos, que passam a ter peso específico no conjunto.

Assim, a noção de *forma* subentende a de *função*, ou seja: integrado no todo que é a forma, qualquer elemento passa a desempenhar uma função, e essa função determina o seu significado no todo em que se integra.

As noções de *forma* e *função*, por sua vez, evocam a noção de *estrutura*, isto é, a rede de dependências e implicações que um elemento mantém com todos os outros, no conjunto em que se encontra.

Nessa interação dinâmica entre unidades, o todo figura como qualitativamente distinto da soma mecânica das partes: não decorre de um complexo aleatório de unidades, mas de uma harmonização de unidades que se diferenciam e delimitam reciprocamente.

As unidades lingüísticas distribuem-se por diferentes *níveis estruturais*, organizados hierarquicamente: um fonema, por exemplo, é uma unidade de *nível fonológico* que integra um nível imediatamente superior — o nível morfológico —, possibilitando a formação de novas unidades.

Por sua vez, a palavra é uma unidade de nível morfológico que se pode constituir num conjunto frásico, alcançando o nível sintático.

As unidades interfrásicas, relacionadas, constroem o texto configurando-o como um todo organizado.

Recapitulamos aqui o princípio defendido por Halliday e Hasan¹, o qual vê na existência da *estrutura* condição essencial para o que os autores chamam de “textura” (*texture*).

A estrutura é, ao mesmo tempo, um conjunto, as partes desse conjunto e as relações que ligam essas partes. É, portanto, o objeto estruturado e o conjunto das relações que estruturam o objeto².

Vemos assim a estrutura lingüística como

o conjunto das formas e dos procedimentos, utilizados por uma língua para exprimir uma significação. Neste sentido, todas as línguas possuem uma gramática, uma organização interna, uma estrutura imanente, mesmo que não tenham nunca sido descritas.³

À noção de estrutura liga-se por conseguinte a de um conceito operacional, surgindo uma estrutura sempre que percebemos os pontos de junção e disjunção entre pelo menos dois objetos.

É, pois, uma *visão relacional* a que nos ilumina para a intelecção do fenómeno da estrutura. Nada significa senão *em relação a*.

¹ Op. cit., p. 88.

² DELAS, D. & FILLIOLET, J. *Lingüística e poética*. São Paulo, Cultrix/Edusp, 1975, p. 230.

³ GENOUVRIER, E. & PEYARD, J. *Lingüística e ensino de português*, p. 187. (Ver “Bibliografia comentada”.)

Construção, arranjo, sistema — eis alguns parassinônimos de estrutura.

Relações de equivalência e relações de hierarquia

No nível sintático, as estruturas fixam relações ou de *equivalência* ou de *hierarquia*, ou seja, de *coordenação* e de *subordinação*.

A coordenação opera-se de duas formas. Uma que é explícita, realizada por meio de um vínculo sintático — uma conjunção (e, mas, ou, pois, logo) ou um advérbio (assim, então etc.). Outra que é implícita, e efetiva-se por simples justaposição.

Assim, pode-se dizer indiferentemente: “O aluno estuda e o professor lhe atribui uma boa nota. O aluno estuda. O professor lhe atribui uma boa nota”.

Vê-se que a segunda forma, em que falta a conjunção, é todavia semanticamente análoga à primeira.

No seu sentido mais amplo, coordenar é “colocar junto” — o que se faz tanto intra como extratextualmente —, assim como na sucessão de imagens de um filme ou na extensão de um quadro, por exemplo.

A definição do discurso como uma “imensa coordenação” é de G. Antoine⁴, definição que comenta mais adiante nos seguintes termos: “Onde há fala, discurso seguido, há necessariamente seqüência, encadeamento, em suma, ‘coordenação de frases’ ”.

Os termos coordenados entre si devem ser morfológica e funcionalmente homogêneos. Assim, por exemplo, a articulação “ele teve uma gripe e na semana passada” é inaceitável, uma

⁴ ANTOINE, G. *La coordination en français*. Paris, Artrey, 1958, p. 16.

vez que os dois complementos não exercem a mesma *função circunstancial*.

Requer-se em todo processo de coordenação certa unidade de sentido — princípio ao qual Charles Bally tentou dar uma forma mais precisa. Para este autor, “duas frases são coordenadas quando a segunda tem por tema a primeira”⁵. E exemplifica assim: “Está frio. Não sairemos.” — o que equivale a “Está frio e [a propósito de estar frio] não sairemos”.

Desse raciocínio pode-se concluir que os coordenados devem pertencer ao mesmo universo do discurso.

A expressão “ele é bom e dois e dois são quatro” liga idéias cuja relação lógica é difícil de estabelecer, pois à homogeneidade formal — exigência da gramática — deve corresponder a homogeneidade de sentido exigida pela lógica.

Lembra-nos a regra: “Só há coordenação se as expressões que se sucedem nas frases formarem um todo, uma unidade de pensamento”⁶.

Ainda na faixa específica da sintaxe, os termos se articulam num processo hierárquico de funções e valores — o processo da subordinação.

Relações de natureza bastante diversificada definem a articulação das orações dentro desse processo: relações de integração e complementaridade (orações substantivas e adjetivas); relações de circunstancialidade: de tempo, de causa e efeito, de comparação, de conformidade, de condição, de concessão, de finalidade, de proporção (orações adverbiais)⁷.

Tem-se, tanto nas estruturas coordenadas quanto nas subordinadas, um ponto decisivo da ligação da *forma* e do *sen-*

⁵ BALLY, Charles. *Linguistique générale et linguistique française*. Paris, Le-roux, 1954, p. 56.

⁶ BOER, C. de. *Syntaxe du français moderne*. Leiden, 1947, p. 50.

⁷ Para um estudo mais aprofundado desta matéria, consulte-se CARONE, Flávia de Barros. *Subordinação e coordenação; confrontos e contrastes*. São Paulo, Ática, 1988.

tido — portanto, dos elementos estruturais e dos elementos temáticos.

As estruturas sintático-semânticas — mais do que no âmbito da frase — completam-se no dos segmentos mais vastos, ou seja, no texto.

Este fato, entre outros, parece justificar a tendência atual de integração da gramática de frase em uma gramática de texto. Trabalho de longo fôlego em que se não deve negligenciar a evidência de que a finalidade do sujeito falante não é compor *frases isoladas*, mas *textos coesos e coerentes*.

Estrutura compacta e estrutura difusa

É o momento de lembrar a classificação da estrutura organizacional do texto em *estrutura compacta* e *estrutura difusa* — distinção que não é nova, tendo sido utilizada, por exemplo, em Chafe⁸.

No primeiro caso — no da *estrutura compacta* — o esquema de compreensão textual do leitor tenderá a reproduzir a estrutura original do texto.

Nas linhas desse tipo de estrutura, o texto oferece condições de leitura mais facilitada, uma vez que se observa uma seqüência linear na ordenação dos elementos estruturais, ou uma evolução estrutural predominantemente horizontal.

Leia-se, no texto abaixo, um exemplo representativo da *estrutura compacta*:

A carreira de Josué Silva, meteórica como a de muitos que vinham, munidos de intenções particulares, atuar na causa pública, encaminhou-o para um partidário susceptível de mais tarde o identificar com o Governo já completamente legitimado.

⁸ CHAFE, W. Integration and involvement in spoken and written language. Apud TANNEN, D. *Language*, n. 58, p. 75.

Nunca deixara de escrever-se com sua mãe, Marieta, que o deliciava com toda a intriga da plena idade de ouro. Uma pessoa que sempre se incluía nessa correspondência era tia Basilides, uma criatura completamente imprevisível e que se mostrara incapaz de aceitar a realidade.

Quando viu os seus rendimentos baixarem e o seus valores em ações completamente em declínio, ela reportou-se à Revolução Francesa, e dava aos homens públicos nomes desses tempos, sobretudo dos tempos do Terror. Encontrava o paralelo para Marat, Saint-Just e Robespierre. E em certos momentos de peremptória palavrice, ela dizia:

— Como tarda Bonaparte!⁹

São de *evolução estrutural vertical* os textos de *estrutura difusa*. Aí, os elementos estruturais apresentam-se num quadro de deslocamentos e inversões — fora dos padrões normais de organização da frase, as relações interfrásicas estabelecendo-se, portanto, num esquema distinto do da *estrutura compacta*, como no texto seguinte:

O avesso do avesso. Vida é o que te acontece enquanto você faz planos, ensina o muro. Então a minha eu nunca tinha pensado nisso. A Paullista clara de noite sem ninguém meia dúzia de santistas bobos, baratas de praia. Rua do samba, praça do forró, praça doce, praça do livro, praça de gente de todo canto e nação São São Paulo Tom Zé fofura eu quero um homem de cor. Perdão Papai lingüiça no espeto carne farofa feijão preto e arroz Vovó Cheguei demora muito tarde quente pelando a boca queima o céu. Gorjeta não é obrigatória nem proibido ele nem ligou deve ser santista não dou Garganta Profunda sozinha sozinha Império dos Sentidos, Oshima, esse vento de exaustor no passelo ativa as brasas do amendoim torrado na lata do menino esquenta dormindo oito na porta do restaurante o vento de fole do metrô o natural da São Luís com República só podia acabar desse jeito espirro nariz molhado andando até o hotel sem nada atrás da porta verde, nem tango o último nem o primeiro Esposamente meu filho Mastroianni, quanto filme, quero corpos suados grandes como esse prédio Mitter-

⁹ BESSA-LUÍS, Augustina. *Crônica do Cruzado OSB*. Lisboa, Guimarães, 1977, p. 47.

rand está incentivando a população a ter mais filhos na recepção sempre tem gente viajando acho que ele quer soldado para a guerra imagina quem vai querer um futuro desse pro filho aí a vovó resolveu ficar doente e ninguém pôde ir.¹⁰

A leitura do texto organizado em *estrutura difusa* é de ordem seletiva, isto é — em nível superficial ou inferencial —, o leitor seleciona e hierarquiza os constituintes que integram as *relações lógicas* do texto ou a sua estrutura temática.

O esquema de compreensão textual fica, pois, condicionado a tipos específicos de envolvimento entre leitor e texto — este segmentado, no ato da sua interpretação, segundo a maneira como o leitor lhe apreende a realidade. Apreensão por certo resultante da soma de traços sócio-culturais e até mesmo de traços idiossincráticos, ou seja, aqueles que caracterizam individualmente o leitor, e que podem ser de natureza vária: intelectual, pragmática, afetiva etc.

É *ativa* a leitura exigida por esse tipo de estrutura, ou seja, uma atividade de requisito criador.

Como toda atividade criadora, pode muitas vezes partir de um lampejo de intuição, lampejo que será tanto mais freqüente quanto mais permanente o diálogo entre a obra e o leitor — este mantendo com aquela convivência sadicamente maníaca...

Mas como julgar esse tipo de texto sob o ponto de vista do processo articulatório?

A *estrutura difusa* significaria a desordem ou o caos? Trata-se de um tipo de organização (desorganizada) que se deva evitar?

Não. Não nos enganemos pelo aspecto desordenado e fragmentário do texto. A aparente nebulosa textual projeta-se, antes, como uma configuração altamente organizada — promovendo este tipo de texto perfeita articulação entre o

¹⁰ ALMEIDA, Hugo. *Mil corações solitários*. São Paulo, Fundação Nestlé de Cultura/Scipione, 1988, p. 146.

discurso e o lastro de referências culturais que envolvem o escritor.

Lembra-nos Autran Dourado quando confessa: "Há de baixo das minhas histórias uma outra história, uma história subliminar e simbólica"¹¹.

Naturalmente, trata-se aqui do texto por natureza plurissignificativo — aberto, por conseguinte, a toda uma variedade de esquemas de compreensão, ou apontando, através de estruturas difusas, para um envolvimento variável entre texto e leitor.

Esta reflexão remete-nos ao capítulo 3 deste livro, onde, a respeito da questão da tipologia textual, afirmávamos que esta não se pode basear apenas em variantes estruturais. Compete-lhe ainda explicitar a relação do texto-objeto com o uso que dele faz o leitor.

Partes do texto e sua integração

Estudadas as possibilidades de organização do texto, ou os processos de articulação de *elementos temáticos* e *elementos estruturais* — condicionantes da definição de estrutura —, parece chegado o momento propício de destrinçar o texto, ou seja, de reduzi-lo a partes.

Começemos pelo título.

Título

Parte componente e importante da mensagem, o título é um fator estratégico da articulação do texto, podendo desempenhar tanto *função factual* e *de chamada* como *função poética* e *expressiva*.

¹¹ DOURADO, Autran. *Uma poética de romance; matéria de carpintaria*. Rio de Janeiro, Difel, 1976, p. 35.

É factual o seu desempenho quando, por exemplo, resumindo as linhas fundamentais do texto, o título passa a desenvolver funções de natureza eminentemente prática, tais como: substituir a leitura da sinopse; auxiliar na elaboração de trabalhos de indexação, resumo e tradução; ser ponto de partida para a seriação de assuntos de catálogos dicionários; funcionar como roteiro na seqüência do texto didático.

Ainda nas linhas da praticidade, é preciso lembrar o papel fundamental do *título* no esquema específico de notícias, destacando categorias como *acontecimento principal*, *história*, *antecedentes*, *conseqüências* ou *expectativas*.

A organização do discurso jornalístico condiciona-se por um princípio de relevância: os *títulos*, o *cabeçalho* e o *ordenamento* do texto não são cronológicos nem lógicos, mas determinados por um *princípio de primazia* — os aspectos mais importantes figurando em primeiro lugar.

Os títulos expressam a *macroestrutura* (noção já estudada); lidos, pois, em primeiro plano, orientam a compreensão para a estrutura de relevância na apresentação das notícias.

Não são, por conseguinte, meros artifícios publicitários, mas chaves para a decodificação da mensagem, se convenientemente propostos. Enunciados sucintos de qualquer mensagem, sua interpretação deve ser integrada numa leitura global.

Os subtítulos desempenham um papel análogo ao dos títulos, realçando os elementos de significação do texto e, principalmente, facilitando a retenção do conteúdo, tal como acontece, por exemplo, no texto de natureza didática.

Algumas vezes, a ancoragem do texto no título processa-se por uma *ligação anafórica* — o título funcionando como lembrete de uma informação conhecida, remetendo a um elemento anterior, não enunciado no texto, mas presente no espírito do leitor.

É o que ocorre, por exemplo, quando Flávia de Barros Carone — no seu livro *Subordinação e coordenação* — evoca,

complementando o título “Prefácio (que alguém pode achar interessante)”, o “Prefácio interessantíssimo” de Mário de Andrade.

Como anúncio de uma informação a figurar no texto — caso mais freqüente —, o título estabelece uma *ligação catafórica* com aquilo que se segue, induzindo a uma dada leitura do texto.

No âmbito do texto em função poética e expressiva, o título da obra literária também nela se integra, resumindo-a, explicando-a, oferecendo uma chave para a leitura interpretativa.

Veja-se com que justeza e harmonia fundem-se título e texto num todo orgânico, na quadra seguinte:

Herdade

Herdeira do tempo morto,
a gratidão me ensina
enterrá-lo no conforto
da minha dócil retina.¹²

Outras vezes, o *título* vem a ser elucidado dentro do texto, à medida que o leitor o vai desvendando.

Pense-se, por exemplo, no romance *Enseada amena*, do escritor português Augusto Abelaira — título que se explica no desenrolar da obra, reunindo uma série de significações conotativas, que desembocam na idéia da identificação de “Lisboa” com a de “Enseada amena”.

De Geraldo Ferraz, o romance *Doramundo* ostenta um título resultante da fusão dos nomes Teodora e Raimundo — título que encerra, ao mesmo tempo, um sentido de amor redentor, num quadro de conflitos humanos, a que se sobre põe uma fascinante história de amor.

Por vezes ainda, a ambigüidade do título desperta o leitor para a evidência do caráter intrinsecamente plurissignificativo do texto literário.

¹² FREITAS, Lenilde. *Desvios*. São Paulo, João Scortecci, 1987, p. 78.

Isto acontece, por exemplo, quando da leitura do romance *Uma vida em segredo*, de Autran Dourado — onde o título anuncia tensões internas da obra. *Em segredo*: dissimulada? enclausurada? Lê-se a obra e — parece — a ambigüidade se completa. A vida em segredo seria a de Biela violentada no seu afastamento do convívio humano?

Mais tarde, em *Uma poética de romance; matéria de carpintaria*, o autor explica:

“Era uma vida simples, humilde, franciscanamente rica. O título veio como consequência — *Uma vida em segredo*”.

Visto como elemento orientador da leitura, mudado o título — conclui-se — pode-se desembocar em leituras diversificadas de um mesmo texto.

Desta e das demais considerações tecidas em torno do assunto, parece ficar evidente a *função cognitiva* bem como a *função articuladora* do título, no processo de organização e no de desmontagem do texto.

Consideremos a seguir, dentro desses mesmos processos, outra importante parte do texto, obviamente comprometida com a articulação.

Parágrafo

A presença do parágrafo na constituição textual está em estreita relação com o esquema de raciocínio sustentado por aquele que constrói o texto. São etapas diversas do raciocínio as que se demarcam através da *paragrafação* — esta referenciando, por conseguinte, a abordagem de um novo aspecto de um tema comum, cada vez que se inicia um novo parágrafo.

As diferentes partes do texto — na visão simplificadora de introdução, desenvolvimento e conclusão — corporificam-se, por conseguinte, na seqüência dos parágrafos, de cuja articulação resulta o conjunto coeso do texto.

Dada a relação entre a estrutura do parágrafo e os processos do pensamento reflexivo, pode-se inferir quanto à

importância do parágrafo no processo de desvendamento das idéias fundamentais ou das *relações lógicas* que sustentam a linha temática do texto. Relações estas reforçadas, muitas vezes, por *conectivos* (conjunções) que, no início ou no interior do parágrafo, apontam para a diversidade de formas de passagem de uma a outra etapa lógica.

De parágrafos bem-estruturados decorre a possibilidade de captação da *frase-núcleo* ou do *tópico frasal*¹³, isto é, do enunciado que sintetiza a idéia essencial do parágrafo.

Arroladas as frases-núcleos ou os tópicos frasais, traça-se, conseqüentemente, o esquema das linhas fundamentais — de onde se poderá partir para o exercício de *resumo do texto*.

Aqui também uma função importante do parágrafo, ou seja, a de propor-se como unidade de compreensão da globalidade do texto.

Examinemos a paragrafação do texto seguinte:

Um articulista imaginoso não teve dificuldade em descrever um roteiro vivo mostrando que *a cada momento do dia esbarramos com algum objeto fabricado com base no petróleo*. É a cortina de plástico do chuveiro, a escova de dentes com cabo plástico e fios de *nylon* e o pente; a camisa de poliéster, as meias de *nylon* e o terno de *nycron*; a mesa e as cadeiras revestidas de fórmica e as toalhas de plástico na copa; o gás do fogão na cozinha; e mais a gasolina do carro, o seu estofamento e seus pneus, e o asfalto da rua. E tudo isso — mal começado o dia. A descrição poderia prosseguir sem descontinuidade, passando pelo jantar — que, em breve, incluirá proteínas extraídas do petróleo — até a hora de dormir, quando nos deitamos sobre colchão e travesseiro de espuma, oriundos do petróleo.

Mas essa riqueza polivalente e ubíqua que é o petróleo, cada vez mais avassaladora e cada vez mais indispensável à

¹³ *Frase-núcleo* é a nomenclatura adotada por Magda Soares em *Técnica de redação*. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1978.

Tópico frasal é a expressão usada por Othon M. Garcia em *Comunicação em prosa moderna*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1965.

civilização moderna, *percorreu um árduo caminho durante o seu século de existência em escala comercial*, a partir das modestas perfurações do "Coronel" Drake e até as revolucionárias possibilidades oferecidas pelas recentes explorações submarinas, chamadas *off-shore*. Foi um caminho pontilhado de intrigas e de episódios sangrentos, desde conflitos localizados até amplas hostilidades entre nações.

O Brasil não foi vítima de semelhantes fatos. Os desentendimentos aqui havidos não passaram de torneios de esgrima. *É que as suposições em torno das possibilidades petrolíferas brasileiras foram, até certa altura, sumamente pessimistas*.

É justamente isso que acentua o milagre brasileiro em matéria de petróleo. *Este surgiu aqui como surpresa*, contra todas as expectativas de renomados técnicos. *E, graças a esse caráter de surpresa, não houve oportunidade para que germinassem cobriças e rebentassem conflitos*.

O drama do petróleo ainda não chegou ao fim. A indústria petrolífera mundial mantém-se num equilíbrio instável, enredada por um complexo jogo de interesses que se chocam. E, se isto não bastasse, pende sobre ela a ameaça do esgotamento progressivo das reservas de petróleo existentes.¹⁴

As passagens sublinhadas no texto identificam-se como *frases-núcleos* ou *tópicos frasais* dos cinco parágrafos. Aliados, passam a constituir uma seqüência das idéias fundamentais do texto:

- 1º parágrafo — "a cada momento do dia esbarramos com algum objeto fabricado com base no petróleo";
- 2º parágrafo — "Mas essa riqueza [...] percorreu um árduo caminho durante o seu século de existência em escala comercial";
- 3º parágrafo — "O Brasil não foi vítima de semelhantes fatos. [...] É que as suposições em torno das possibilidades petrolíferas brasileiras foram, até certa altura, sumamente pessimistas";

¹⁴ SEREBRENICK, Salomão. Op. cit., p. 3-4.

4.º — “Este surgiu aqui como surpresa [...] E, graças a esse caráter de surpresa, não houve oportunidade para que germinassem cobiças e rebentassem conflitos”;

5.º — “O drama do petróleo ainda não chegou ao fim”.

Reformulados, os tópicos frasais podem figurar como linhas de um esquema:

1.º — a utilidade do petróleo;

2.º — o petróleo apontado como ponto de discórdia;

3.º — a exclusão do Brasil do conflito mundial em torno do petróleo;

4.º — o surgimento do petróleo brasileiro em clima de surpresa;

5.º — a persistência do drama do petróleo.

Vê-se, pois, que, na sua dupla função — a de ponto marcador de diferentes blocos de assunto e a de ponto de partida para a esquematização do texto —, o parágrafo desempenha um papel de suma importância na rede articulatória.

Comprometido com a carga de significado, o parágrafo diversifica-se do ponto de vista temático, podendo classificar-se como:

1 — *parágrafo-chave* (o primeiro parágrafo do texto que acabamos de estudar);

2 — *parágrafo contraposto* (o segundo e o terceiro do texto);

3 — *parágrafo explicativo* ou *elucidativo* (o quarto do texto);

4 — *parágrafo argumentativo*;

5 — *parágrafo definatório*;

6 — *parágrafo comparativo* ou *analogico*;

7 — *parágrafo enumerativo*;

8 — *parágrafo reiterativo*;

9 — *parágrafo judicativo*;

10 — *parágrafo conclusivo* (o quinto do texto).

É evidente o condicionamento dessas possibilidades de classificação à diversidade de natureza do texto. Assim, no texto dissertativo, serão freqüentes os parágrafos argumentativos; se a argumentação se completa na contra-argumentação, os parágrafos que a explicitam se classificarão como contrapostos.

À estrutura do texto descritivo ajusta-se com freqüência o parágrafo do tipo explicativo, bem como o comparativo ou analógico.

Note-se que a classificação *parágrafo reiterativo*, ainda que pareça inadequada — visto ser marca do parágrafo a de indicador de diferentes blocos de assunto —, aplica-se perfeitamente a parágrafos constitutivos do texto de natureza didática, cuja finalidade precípua é facilitar, pelo processo da repetição, a assimilação daquilo que está sendo ensinado.

Observe-se ainda que da prevalência de um ou de outro tipo de parágrafo torna-se clara a linha fundamental de pensamento do texto.

Se a tonalidade do texto é essencialmente estética, outra poderá ser a função do parágrafo.

Apreciemos o texto seguinte:

O grande desastre aéreo de ontem
(Para Portinari)

Vejo sangue no ar, vejo o piloto que levava uma flor para a noiva, abraçado com a hélice. E o violinista em que a morte acentuou a palidez, despenhar-se com sua cabeleira negra e seu estradivárius. Há mãos e pernas de dançarinas arremessadas na explosão. Corpos irreconhecíveis identificados pelo Grande Reconhecedor. Vejo sangue no ar, vejo chuva de sangue caindo nas nuvens batizadas pelo sangue dos poetas mártires. Vejo a nadadora belíssima, no seu último salto de banhista, mais rápida porque vem sem vida. Vejo três meninas caindo rápidas, enfunadas, como se dançassem ainda. E vejo a louca abraçada ao ramalhete de rosas, que ela pensou ser o pára-quadras, e a prima-dona com a longa cauda de lantejoulas riscando o céu como um cometa. E o sino que ia para uma cape-

la do oeste vir dobrando finados pelos pobres mortos. Presumo que a moça adormecida na cabine vem ainda dormindo, tão tranqüila e cega! Ó amigos, o parálítico vem com extrema rapidez, vem como uma estrela cadente, vem como as pernas do vento. Chove sangue sobre as nuvens de Deus. E há poetas míopes que pensam que é o arrebol.¹⁵

O texto de Jorge de Lima — vazado em linguagem altamente poética e simbólica — estreita num parágrafo único os pormenores de descrição de um espetáculo do qual decorre, no entanto, um quadro extremamente diversificado.

As frases, em que sistematicamente se repete no tempo presente o verbo *ver*, passam a refletir uma unidade de visão — esta, por sua vez, estruturada numa composição também única de parágrafo.

É que o texto — literário por excelência — busca menos comunicar uma idéia do que criar uma atmosfera ou construir um mundo.

O que é especificamente artístico, não se amolda à linha do resumo ou nem sempre se ajusta às dimensões da paragrafação.

Inter e intrapartes

No trabalho de *escansão* do texto, isto é, no momento em que o decompomos em partes, irrompe límpida a diversidade de recursos os quais lhe sustentam as articulações — articulações estas que podem tomar várias *formas gramaticalizadas*.

Trataremos desses recursos a seguir, distinguindo essas formas gramaticalizadas daquelas já estudadas no capítulo 4, e que representam os *elementos coesivos* do texto num *esquema de referência*.

¹⁵ LIMA, Jorge de. *Obra poética*. Rio de Janeiro, Getúlio Costa, 1949, p. 370.

Não vamos, portanto, tratar novamente de referência, mas de relações que poderíamos chamar *retóricas* — “retórica” tomada aqui na clássica acepção aristotélica, ou seja, a intenção de descoberta do *persuasivo* sobre qualquer dado.

Essas relações figuram

- 1 — *em textos ou partes do texto onde se explora o realce de uma evidência ou a idéia de transformação de uma possibilidade em fato, de uma teoria em exemplo.*

Formas gramaticalizadas como *assim, na verdade, com efeito, pois que portanto* realizam esse tipo de articulação.

Vejam-se estes enunciados:

Como os substantivos, os adjetivos podem flexionar-se em número, gênero e grau. *Assim*, o adjetivo toma a forma singular ou plural do substantivo que ele qualifica: aluno estudioso/alunos estudiosos.

Ninguém compareceu à reunião. *Na verdade*, não se creu mais nos seus resultados.

O professor desconfiou da má intenção do aluno. *Com efeito*, o aluno planejava desencadear desordem na aula.

- 2 — *em textos onde se utiliza uma noção supostamente desconhecida do leitor, e se apela para o recurso da definição.*

Esta pode expressar-se numa *forma breve*, introduzida por *quer dizer, isto é, lembremos que, trata-se de* — formas que vêm sendo amiudadamente utilizadas no texto deste livro.

Numa *forma longa*, a definição pode ocupar um parágrafo, um artigo inteiro e é mesmo possível que toda a extensão de um livro se consagre a uma definição — fato que, como vimos, pode tentar pôr de pé uma classificação ou tipologia (parágrafo, texto/discurso definitório, explicativo etc.).

- 3 — *em textos em que se apresentam argumentos numa escala, ou de simples enumeração, ou com intenção de relevância:*

A primeira razão assenta-se no fato de ser ele inocente; a segunda razão liga-se à necessidade de sermos justos; a terceira razão está nas poucas condições materiais de que dispomos para uma solução diferente.

Veja-se no texto abaixo — embora sem conotação retórica — um exemplo interessante de articulação em escala enumerativa:

Os poços grandes são apenas três; o de cima serve de piscina para os camaradas; *ho do meio*, de água limosa, mora um jacaré ermitão, de vida profunda, que deve ser verde e talvez nem exista; o último aonde vamos é o poço.¹⁶

4 — em textos onde a intenção explicativo-argumentativa articula-se, num processo de repetição, com expressões particularmente adequadas para esse fim.

É o que ocorre no texto a seguir — onde o autor repete a idéia veiculada por “perspectivas infinitas” nas expressões “outra mais”, “de novo”, “outra ainda”, “sempre, sempre, sempre”.

Só paisagens de Minas. De suas estradas, de suas montanhas, de seus horizontes perdidos, de seus céus profundos — chéios daqueles cúmulos-nimbos e alticúmulos como só se vêem das serras alcandoradas das nossas Gerais — não como os balões cativos de paina dos litorais, mas como a sucessão de degraus invertidos que se afastam nas *perspectivas infinitas* (outra mais, de novo, outra ainda, sempre, sempre, sempre) dos ceuterras¹⁷ impossíveis jamais tocados.¹⁸

5 — em textos onde o processo explicativo se pode efetuar sob diferentes formas, sendo três as mais pertinentes:

a — o exemplo-“corpus”¹⁹ — caso em que citamos em lugar de definição um contexto pertinente para eluci-

¹⁶ GUIMARÃES ROSA, João. *Sagarana*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1971, p. 199-200.

¹⁷ Neologismo criado pelo autor — decorrência da aglutinação de céu e terra.

¹⁸ NAVA, Pedro. *Balão cativo*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1977, p. 105.

¹⁹ CHARAUDEAU, P. Les bases de la technique métalinguistique d'elucidation. *Études de linguistique appliquée*, n. 11, p. 14-20.

dação da palavra. Ex.: uma *compilação* de textos. Se multiplicados os contextos, constitui-se um *corpus* destinado à captação intuitiva do universo de significação da palavra em apreço;

b — o exemplo em extensão lógica — caso em que apontamos um dos elementos pertencentes a um conjunto. Explica-se a uma criança: “Um velhinho é uma pessoa muito idosa”. Por exemplo, “Vovô é um velhinho”;

c — o exemplo comparação — no discurso que explicita o discurso antecedente por meio de comparação: “Desistir é não prosseguir num intento”; é como se você dissesse: “Não quero continuar”.

Note-se que este processo *definicional* não se deve confundir com o *designacional*, que pertence à função referencial da linguagem e que consiste em denominar linguisticamente os objetos da realidade: “O que é isto? Uma tese”.

6 — em textos onde predominam enunciados que se podem denominar *autotextuais*²⁰.

Por meio desses enunciados, o emissor diz o que fez, o que faz ou fará no texto.

Assim, os enunciados *de lembrete*: vimos que, conforme estudamos; os *de anúncio*: voltaremos a este ponto, desse assunto trataremos no próximo capítulo; os *de sinal*: em síntese, para concluir.

É interessante notar que, quando tais expressões são empregadas no futuro do pretérito, podem efetivamente referir-se a projetos hipotéticos: “precisaríamos nos estender sobre essa questão”, “melhor faríamos se nos explicássemos mais detidamente”.

²⁰ BALTAR-MARTINS, M. *Études de linguistique appliquée*, n. 28, p. 16.

Esses enunciados que referenciam intenções textuais do emissor opõem ao percurso linear, que é o texto, o percurso que o texto cumpre em relação ao seu objeto, o que permite manobras tais como a digressão, o retrocesso, a antecipação — todas, no entanto, comprometidas com o processo de articulação do texto.

Machado de Assis, com muita freqüência, lança mão do *enunciado autotextual*.

Leiam-se estas passagens de *Memórias póstumas de Brás Cubas*²¹:

Cuido haver dito, no cap. XIV, que Marcela morria de amores pelo Xavier [cap. XVI, p. 51].

Não, não alonguemos o capítulo [cap. XXII, p. 66].

Triste capítulo; passemos a outro mais alegre [cap. XXII, p. 68].

Convém intercalar este capítulo entre a primeira oração e a segunda do capítulo CXXIX [cap. CXXX, p. 240].

Essas passagens, nas quais o emprego de *nós* substitui *eu*, sugerem a idéia de um passeio *no e pelo* texto que, juntos, efetuariam o autor e o leitor — este convidado a coadjuvante no traçado da obra.

Início e fim

Afinal, se vamos falar de início, não teria sido mais lógico situar a questão também no início?

Certamente não. É que *início* e *fim* comprometem-se mutuamente na seqüencialização do texto — a parte inicial tendo muito a ver com a parte final.

(Vem-nos à mente a lembrança da tendência prática contemporânea volvida para uma “rabiscada de olho” no fim do livro, para começo de leitura...)

²¹ Assis, Machado de. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. São Paulo, Edigraf, s.d.

Por isso, é possível apreender os modos de relação mútua entre início e fim do texto, bem como as que ligam início e fim ao conjunto do texto.

Fica, entretanto, evidente que esses modos de relação variam segundo os tipos de texto nos quais elas se efetuam.

Assim, a organização estrutural clássica da narrativa faz desse tipo de texto um percurso em geral previsível — a seqüência dos fatos alinhando-se em direção a um desfecho também previsível em termos de correlação com a linha seqüencial da história.

Procedimento freqüente de enquadramento do começo no fim do texto — ainda no âmbito narrativo — é a *temática da recordação*: a personagem recapitulando um episódio sobrevindo no começo do romance, episódio que a retrospectiva da lembrança carrega de valor emblemático. Tem-se aqui o tema da lembrança desempenhando o papel de *anafórico* no texto.

Passa-se o mesmo em obras cuja introdução — expressa no primeiro parágrafo — encerra *o* ou *um* dos *leitmotiv* da narrativa. Pense-se, por exemplo, no romance *A sibila*, da escritora portuguesa Agustina Bessa-Luís, romance de linhas intensamente articuladas com a problemática do tempo, e cujo primeiro parágrafo já aponta para essa característica essencial da obra:

Há uma data na varanda desta casa — disse Germana — que lembra a época em que a casa se reconstruiu. Um incêndio, por alturas de 1870, reduziu a cinzas toda a estrutura primitiva. Mas a quinta é exatamente a mesma, com a mesma vessada, o mesmo montado, aforados à Coroa há mais de dois séculos e que têm permanecido na sucessão direta da mesma família de lavradores.²²

A emergência de uma data, desde a primeira frase do livro, significa o encontro da cronologia e da temporalidade.

²² BESSA-LUÍS, Agustina. *A sibila*. 2. ed. Lisboa, Guimarães, 1956, p. 8.

dade, a confusão voluntária do tempo histórico e do tempo romanesco, a assimilação do campo da narrativa ao campo da história.

O encerramento é um momento particularmente relevante, quando considerado como síntese das *isotopias* do texto — estas anunciadas desde o início.

No texto dissertativo, o final coincidindo com a conclusão deve recapitular — já em termos indiscutíveis — aquilo que se propôs no início como idéia a ser discutida à luz da argumentação.

Voltaremos a esse ponto no próximo item — o das superestruturas.

Variação da estrutura: superestruturas

Segundo Van Dijk²³, as *superestruturas* ou *hiperestruturas* representam as estruturas globais que caracterizam tipos diferentes de texto, independentes do conteúdo, isto é, da *macroestrutura*.

Lembremos que a *macroestrutura* identifica-se como o significado global do objeto do texto, enquanto a *microestrutura* se concretiza em relação a frases ou seqüências isoladas de um texto.

Dessas noções depreende-se um ponto comum entre as *superestruturas* e as *macroestruturas* — ambas definem-se em relação ao conjunto do texto. Todavia, enquanto a *macroestrutura* o abarca no plano semântico global, a *superestrutura* o tipifica num plano sintático, ou seja, enquadra-o em esquemas particulares de articulação sintática também global.

Assim, do ponto de vista estrutural, estamos nos referindo a todo o texto quando o dizemos *narrativo*, *dissertativo* ou *descritivo* — as superestruturas determinando a *ordem* (a coordenação) global das partes do texto.

²³ VAN DIJK, Teun A. & KINTSCH, W. *Strategies of discourse comprehension*. New York, Academic, 1983.

tativo ou *descritivo* — as superestruturas determinando a *ordem* (a coordenação) global das partes do texto.

Esse tipo de estrutura possui caráter convencional, ou seja, é conhecido e reconhecido pela maioria dos falantes de uma comunidade lingüística. Explicando melhor: uma *superestrutura* é um tipo de esquema abstrato que estabelece a ordem global de um texto, e que se compõe de uma série de categorias, cujas possibilidades de combinação se baseiam em regras convencionais.

Ainda que nos fundamentemos na existência de muitos exemplos — o poema em forma de soneto, a narração, a dissertação argumentativa —, não podemos deduzir que todos os textos possuem uma *superestrutura*. No entanto, é possível que as superestruturas específicas, como por exemplo um esquema narrativo, imponham certas limitações à forma de um texto²⁴. Por exemplo, por princípio não se pode construir uma narração — bem como uma argumentação — sobre a base de uma única frase. Em ambos os casos, o esquema deve plasmar-se em seqüências.

Há textos cujas formas estão *institucionalmente* estabelecidas ou fixadas: os rituais religiosos, as leis, os contratos, os documentos em geral.

Retomemos a idéia das seqüências — que é a que polariza o interesse em torno da articulação do texto.

E examinemos as seqüências do seguinte texto, do qual reproduzimos apenas as que descrevem o esquema superestrutural.

Minha casta Dulcinéia

Estou numa esquina de Copacabana, são duas horas da madrugada. Espero uma condução que me leve para casa. À porta de um *dancing*, homens conversam, mulheres entram e saem, o porteiro espia sonolento. Outras se esgueiram pela calçada, fazendo a chamada vida fácil.

²⁴ VAN DIJK, Teun A. *Idem*, ibidem, p. 147.

De súbito a paisagem se perturba. Corre um frêmito no ar, há pânico no rosto das mulheres que fogem. Que aconteceu? De um momento para outro, não se vê mais uma saia pelas ruas — e mesmo homens se recolhem discretamente à sombra dos edifícios.

— Que aconteceu? pergunto a alguém que passa apressado. É a radiopatrulha: vejo o carro negro surgir da esquina como um Deus blindado e vir rodando, devagar, enquanto os olhos terríveis da Polícia estrictam aqui e ali.

[...] Eis, porém, que surgem da esquina duas mulheres, desavisadas e tranqüilas. Vêem o inimigo, perdem a cabeça e saem em disparada, cada uma para o seu lado. O carro da Polícia acelera, ao encalço da mulata: em dois minutos ela é alcançada e arrastada para o interior aos pescoços.

A outra, trêmula de medo, se encolhe a meu lado como um animal, tentando ocultar-se. O carro faz a volta e vem se aproximando.

— Pelo amor de Deus, moço, diga que está comigo.

Já não há tempo de fugir. A pretinha me olha assustada, pedindo licença para tomar-me o braço, e, assim protegida, enfrenta o olhar dos policiais. Tomado de surpresa, fico imóvel, e somos como um feliz, ainda que insólito, casal de namorados.

[...] Passado o perigo, a preta retira humildemente o braço do meu, faz um trejeito, agradecendo, e desaparece na escuridão. Eu é que agradeço — minha senhora — é o que pensa aqui o fidalgo. Tomo alegremente o meu lote e vou para casa com a alma leve, pensando na existência daquelas pequenas coisas, como diria o poeta, pelas quais os homens morrem.²⁵

Na perspectiva de Van Dijk, três categorias fundamentais — *exposição*, *complicação* e *resolução* — tecem o esquema canônico do texto narrativo. Uma *avaliação* e uma *moral* podem, eventualmente, completar o esquema — o que ocorre com o texto de Fernando Sabino —, exemplo perfeito de superestrutura narrativa. Aí, efetivamente, os fatos se

²⁵ SABINO, Fernando. *Quadrante I*. Rio de Janeiro, Editora do Autor, 1962, p. 41-3.

sucedem traçando uma linha seqüencial cujas etapas se articulam plenamente.

A apresentação do *espaço* (esquina de Copacabana), do *tempo* (duas horas da madrugada) e do *ambiente* (*dancing*) compõe a primeira etapa — a *exposição*.

O relato dos acontecimentos que envolvem as personagens — narrador em primeira pessoa, as duas mulheres e os policiais — perfaz a *complicação*. É momento da *resolução* aquele em que a mulher “baixa e preta” encontra amparo na proteção do autor/narrador.

As reflexões finais do narrador expressam a um tempo a *avaliação* e a *moral*.

Cumpre-se, pois, na crônica em pauta um modelo de superestrutura que pode ser representado assim: um estado de equilíbrio inicial, que define uma situação estável — uma ação transformadora que corresponde à intervenção de uma força perturbadora acarretando um estado de desequilíbrio —, uma ação transformadora que corresponde à força de reação da qual decorre um estado final de equilíbrio.

Para Bremond, não há processo transformacional, mas encadeamento de ações independentes²⁶. Este autor afirma assim a seqüencialização por meio de fatos que se relacionam por elos de causa e consequência.

Enquanto sucessão, o relato ostenta uma dimensão temporal: os comportamentos que aí se processam entretêm mútuas relações de anterioridade e de posterioridade — o que, aliás, é essência da estrutura do gênero crônica.

A característica fundamental do texto narrativo é, entretanto, sua referência primordial a *ações de pessoas*, às quais as descrições de circunstâncias e objetos ficam subordinadas²⁷.

²⁶ BREMOND, C. *Logique du récit*. Paris, Seuil, 1973, p. 131.

²⁷ VAN DIJK, Teun A. Op. cit., p. 154.

Passemos a refletir em torno da *superestrutura dissertativa*, enfatizando a importância dos processos articulados desse tipo de texto.

Lembremos, antes de mais nada, o modelo em que se vaza o mecanismo de estruturação do texto dissertativo, ou seja, a consabida proposição que Aristóteles — em sua *Arte retórica* — sintetiza em quatro instâncias:

1 — *exórdio* (*captatio benevolentiae*, seguida do anúncio do plano); 2 — *narração* (relato dos fatos); 3 — *confirmação* (exposição dos argumentos); e 4 — *peroração* (epílogo, conclusão).

Constante e vivo tem sido, ao longo do tempo, o interesse pelo estudo da *ordem argumentativa*, a qual organiza e descreve o mundo do ponto de vista das operações mentais cognitivas. Afinal, a argumentação está presente em toda parte: no discurso político, no discurso científico, no discurso pedagógico, no discurso jurídico, no discurso filosófico, nas ciências humanas e nas ciências exatas.

No seu *Tratado da argumentação*, que tem como subtítulo *A nova retórica*, C. Perelman e L. Olbrechts-Tyteca propõem-se a reabilitar uma teoria da argumentação que reencontre a tradição aristotélica:

Uma teoria da argumentação tem por objeto o estudo das técnicas discursivas visando a provocar ou a aumentar a adesão dos espíritos às teses que se apresentam a seu assentimento.²⁸

Dessa definição, pode-se concluir sobre a existência, no discurso argumentado, de um componente lógico que desempenha uma função essencial. Esse componente, contudo, será integrado numa instância de raciocínio subordinada à pessoa dos locutores ou do enunciador/enunciatório.

²⁸ PERELMAN, C. & OLBRECHTS-TYTECA, L. *Traité de l'argumentation*; la nouvelle rhétorique. Bruxelles, Éditions de l'Université de Bruxelles, 1970, p. 5.

Ou o raciocínio se integrará numa relação de interlocução nitidamente especificada — a argumentação, no seu funcionamento, dependendo da posição das pessoas às quais ela se destina. A esse componente lógico acrescenta-se, pois, um componente psicológico e um eventual componente social.

Essa dimensão do discurso argumentado não escapou também aos retóricos antigos.

No capítulo 3 deste livro, quando refletimos sobre as possibilidades de tipologização do discurso, lembramos a tradicional classificação do discurso argumentado, proposto na perspectiva da relação argumentador/auditório, enunciador/enunciatório.

Recapitulemos a classificação:

Discurso autoritário: o enunciador pretende fazer o enunciário *fazer*.

Discurso factivo: o enunciador pretende fazer o enunciário *ser*.

Discurso científico: o enunciador pretende fazer o enunciário *saber*.

Discurso persuasivo: o enunciador pretende fazer o enunciário *crer*.

Nessa classificação haurimos luzes para conduzir o raciocínio rumo ao alcance da intenção primeira do discurso argumentado — a *persuasão* —, efeito em que se pode resumir a diversidade de “pretensões” do enunciador.

Evocamos aqui a maneira como Ducrot encara a argumentação: um instrumento capaz de mudar os pontos de vista do enunciário — reconhecidos determinados princípios veiculados pelos mecanismos argumentativos²⁹.

Por isso mesmo, o discurso dissertativo é talvez o mais incerto, na medida em que o escritor (ou orador) não se pode assegurar totalmente de ter persuadido seu interlocutor.

²⁹ DUCROT, Oswald. *La preuve et le dire*. Paris, Mame, 1973.

Ainda por isso mesmo, o discurso argumentado será diverso nas suas realizações, imprevisível, ao menos relativamente, nos seus passos e nos seus agenciamentos — tipo de discurso de leitura ou audição mais penosa, conseqüentemente.

Voltemos a ponderações em torno do sistema básico das superestruturas dissertativas, e da maneira como se devem articular os seus componentes.

A seqüência *hipóteses* (premissas) e *conclusão* resume o esquema canônico do discurso argumentativo — de fundas ligações com o mecanismo do raciocínio dedutivo, ou seja, aquele que, na linha do geral para o particular, tem como objetivo determinar a aceitação da conclusão.

Quando se formulam duas premissas e estas se apresentam de tal forma que uma terceira proposição se segue, tem-se um *silogismo* perfazendo a estrutura formal do raciocínio. É o caso típico do raciocínio matemático. Tudo o que se pode dizer de um silogismo válido é que, se as premissas forem verdadeiras, também a conclusão será verdadeira.

Cada um dos termos constituintes do silogismo — premissa maior, premissa menor e conclusão — representa uma classe, e da relação dessas classes na *inclusão* decorre o *processo ilativo* do silogismo.

Veja-se a estruturação desses termos no exemplo clássico de silogismo:

Todos os homens são mortais.
Sócrates é homem.
Logo, Sócrates é mortal.

Daquilo que até aqui ponderamos acerca do raciocínio argumentativo, não será injustificável afirmar que se trata de um discurso fechado em termos de possibilidades interpretativas. Isto vale dizer que o significado da mensagem veiculada por esse tipo de discurso configura-se numa conclusão que se basta a si mesma, sem admitir qualquer abertura

para um final diferente — não consoante com a marcha dedutiva das premissas. Há, pois, uma rigorosa exigência de articulação entre as partes — articulação cuja ausência anula por completo a validade do raciocínio.

Ampliemos o campo para outras observações, examinando o texto a seguir:

Os meios de comunicação social constituem, paradoxalmente, meios de elite e de massas (paradoxalmente, isto é, atingem os pólos da escala social, e por vias diferentes).

Como instrumentos mecânicos e eletrônicos que difundem mensagens de acesso potencial a todos os indivíduos da sociedade, eles são meios que atingem as massas, atuando como intermediários entre elas e o mundo. Na verdade, é através da imprensa, do rádio, da TV e do cinema que os indivíduos se informam, cotidianamente, sobre os fatos da atualidade, se divertem, e se mantêm sintonizados com o meio ambiente de que participam.

[...] O processo de transmissão das mensagens que veiculam obedece a um fluxo em dois estágios. No segundo estágio, a difusão se faz através dos meios informais, assegurando uma penetração massiva em toda a comunidade que está no raio de audiência do instrumento formal de comunicação.

No entanto, é preciso considerar que, embora atingindo a massa (público heterogêneo, anônimo, disperso), os meios de comunicação social são meios de elite. Ou seja, são meios controlados pela elite.

Quer na estrutura capitalista, quer na socialista, os meios de comunicação estão sob o domínio da elite dirigente. No primeiro caso, pertencem aos grupos econômicos que os exploram como organizações industriais, produtoras de bens de consumo. No segundo caso, estão sob a influência do Estado, o que corresponde a dizer que se encontram nas mãos da elite política que detém o poder.³⁰

Examinemos no texto — cujo interesse está centrado na argumentação em torno da idéia de um paradoxo (os meios

³⁰ MELO, José Marques de. *Opinião, comunicação, desenvolvimento*. Petrópolis, Vozes, 1970.

de comunicação confundidos a um tempo com *meios de elite e de massas*) — os diversos elementos da *demonstração* ³¹:

Meios de comunicação/massas — dois estágios:

primeiro estágio = *meios formais*: imprensa, rádio, TV, cinema;

segundo estágio = *meios informais*: penetração maciça na comunidade.

Meios de comunicação/elite:

estrutura capitalista = organizações industriais, produtoras de bens de consumo — exploradas por grupos econômicos;

estrutura socialista = propriedade da elite política que detém o poder.

É de notar a diferença de natureza dos argumentos que comprovam as relações “meios de comunicação/massas” e “meios de comunicação/elite”.

Os primeiros referem-se a situações concretas, representações palpáveis da fusão “meios de comunicação/massas”; os segundos são resultantes de toda uma interpretação do poder da estrutura sócio-econômica.

Pelos primeiros, apontam-se os meios de comunicação como simples intermediação entre as massas e o mundo; pelos segundos, evidencia-se um comprometimento da posse desses meios pela elite dirigente. Donde se pode concluir que “os meios de comunicação social constituem, *paradoxalmente*, meios de elite e de massas”.

Trata-se de um texto em que proposições lógicas elementares constituem as premissas do discurso, integradas numa estratégia global de argumentação.

³¹ *Demonstração* aqui entendida como procedimento de argumentação.

E voltamos ao princípio: o discurso argumentativo; mais do que qualquer outro, é um tipo de organização de linguagem que requer rigorosa articulação de suas partes — uma sintonia perfeita entre premissas e conclusão.

Restam-nos ainda declarações em torno da organização de outro tipo de texto: o *descritivo*. Haverá categorias específicas que lhe definam a superestrutura?

Tradicionalmente, essas categorias relacionam-se com a narração e a dissertação — o que, no entanto, não significa que a descrição não se pode amoldar a um esquema organizacional.

Cabe, portanto, nos interesses deste livro um estudo também sobre as dimensões do processo articulatório no *texto descritivo* — exercício para o qual nos inspiramos basicamente na teoria de Philippe Hamon, em “Qu’est-ce qu’une description” ³².

Adotadas as categorias definidas pelo autor naquele artigo, pode-se afirmar que toda descrição comporta:

um *tema-chave* que enuncia a seqüência descritiva;

uma série de *subtemas*;

expansões predicativas, sejam qualificativas, sejam *funcionais* — estas articuladas com os *subtemas*.

Atribui-se à descrição uma atividade dúplice — no plano da dimensão referencial e no plano textual da linha de escritura, ou seja, um *papel de unificação* e um *papel de decomposição*.

Realizado num texto, o descrito assume uma variedade de formas:

1 — pode ser reduzido a um *tema-título* enunciado no início da descrição;

³² HAMON, P. Qu’est-ce qu’une description. *Poétique*, n. 12, 1972, p. 465-85.

- 2 — pode assumir a forma de um número variável — pequeno ou grande — de *subtemas* ou *predicados*; se pequeno o número, o tema pode ser deduzido por inferência do leitor;
- 3 — pode identificar-se como uma seqüência de subtemas ou predicados, sem que o tema-chave que os sintetiza seja explicitado.

O princípio parece complexo, mas o exemplo é singelo. Veja-se este texto de Érico Veríssimo, construído com base na explicitação *tema* pelos subtemas:

O jardim é uma festa. Passa no ar uma borboleta amarela, como uma folha de papel de seda levada pelo vento. Um besouro zumba em torno de um canteiro. Uma rosa se despetala lentamente; as pétalas rolam sobre o chão. Há, pelos canteiros, verde de todos os matizes. As glicínias perfumam o ar. Por entre a relva se arrastam insetos (minúsculos de asas coloridas).³³

As *expansões predicativas* — que se sintetizam na idéia central “O jardim é uma festa” — realizam-se como *qualificativas*, na caracterização dos elementos que compõem o ambiente descrito.

As *expansões predicativas qualificativas* prestam-se ainda à caracterização de pessoas e objetos, como se pode ver no texto seguinte:

Juliana devia ter quarenta anos e era muitíssimo magra. As feições miúdas, espremidas, tinham a amarelidão de tons baços das doenças de coração. Os olhos grandes, encovados, rolavam uma inquietação, uma curiosidade, raiados de sangue, entre pálpebras sempre debruadas de vermelho. Usava uma cuia de retrós imitando tranças, que lhe fazia a cabeça enorme. Tinha um tic nas asas do nariz. E o vestido chato cobre o peito, curto de roda, tufado pela goma das salas — mostra-

³³ VERÍSSIMO, Érico. *Clarissa*. 4. ed. Porto Alegre, Globo, s.d.

va um pé pequeno, bonito, muito apertado em botinas de du-
raque com pontelras de verniz.³⁴

Lembre-se ainda do tema-chave descrito e apresentado com o auxílio de um tema equivalente implícito por meio de predicados hiponímicos heterogêneos — caso da descrição na *literatura fantástica* e na *ficção científica*.

Por vezes, o tema-chave, explicitado no final da descrição, vai-se revelando paulatinamente, enquanto situa um quadro que se projeta por meio de uma caracterização fortemente carregada de *previsibilidade*, ou de *índices* daquilo que se dirá no encerramento da descrição, como se este expressasse um momento *conclusivo* do texto.

As descrições de personagens exemplificam com frequência esse tipo de estrutura, como se pode ler no texto a seguir:

Ângela tinha cerca de vinte anos; parecia mais velha pelo desenvolvimento das proporções. Grande, carnuda, sangüínea e fogosa, era um desses exemplares excessivos do sexo que parecem conformados expressamente para esposas da multidão — protestos revolucionários contra o monopólio do tálamo.

[...] Gostava de arregaçar as mangas para mostrar os braços, luxo de alvura, braços perfeitos de princesa, que davam que pensar ao espanador humilde no serviço da manhã. Exposta às soalheiras, revestira-se a cor branca do rosto de um moreno cáldo, tom fugitivo de magnólias fanadas, invulnerável aos rigores do ar livre, como deve ter sido outrora a epiderme de Ceres. Ferlissem-lhe a tez os dardos corrosivos da insolação, vinha-lhe apenas ao rosto um rubor mais belo, e não lhe tirava mais o sol a mocidade da carne do que à própria terra, sob a calcinação dos ardores: uma primavera de rosas.

*Consciente da formosura, Ângela abusava.*³⁵

³⁴ QUEIRÓS, Eça de. O primo Basílio. In: *Obras de Eça de Queirós*. Porto, Lello & Irmão, 1974, v. 1, p. 870.

³⁵ POMPÉIA, Raul. *O Ateneu*. 7. ed. definitiva. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1949, p. 98-9.

A descrição levada a efeito por Raul Pompéia reúne traços específicos do texto realista, enquanto caracterizado pela presença de recursos que permitem a previsibilidade da essência de seu conteúdo — este sintetizado na frase final “Consciente da formosura, Ângela abusava”.

O texto descritivo de natureza científica ou técnica organiza-se num esquema em que *predicados qualificativos* se substituem por *predicados funcionais* — o que quer dizer que, nesse tipo de texto, as características do objeto são descritas com rigor de informação e empenho de objetividade:

Como se fabricam palitos de fósforo

A primeira etapa da fabricação dos palitos de fósforo consiste em serrar toras de cerca de três metros de comprimento pesando 125 kg, em pedaços de 0,5 m de comprimento. A seguir, esses pedaços são cortados em folhas numa máquina de descascar. As longas tiras de folheado dirigem-se então aos talhadores, que as recortam em palitos. Essas máquinas são capazes de produzir cerca de 1 milhão de palitos em menos de cinco minutos. Depois de impregnados de fosfato de amônia, os palitos são submetidos a secagem, polimento e limpeza em tambores rotativos. Finalmente, são conduzidos por canos de aço para máquinas contínuas de fabricar fósforos.

Operadas por apenas oito pessoas, tais máquinas podem produzir e armazenar em caixas cerca de 20 milhões de fósforos por dia.³⁶

Das noções e da exemplificação apresentadas no intuito de sondagem da articulação do texto descritivo, pode-se concluir que se trata de transformar uma *construção arborescente* — é bem esta a forma do esquema descritivo — numa série de enunciados semanticamente homogêneos. São, pois, *relações de redundância* as que compõem a lógica da descrição.

Ou em outras palavras: a *coesão do texto descritivo* sustenta-se à força de relações metonímicas.

³⁶ Como funciona. *Enciclopédia de Ciência e Técnica*. São Paulo, Abril, p. 628.

Fica porém evidente que, quando inserida em outra estrutura, a descrição se subordina ao tipo de discursividade do texto que a engloba. Assim, ela pode estar em posição de exemplo numa *argumentação*, bem como preencher o espaço destinado à *exposição* no texto narrativo.

Da primeira hipótese — a descrição em posição de exemplo na argumentação —, temos eloqüente amostra no texto em que Antonio Feliciano de Castilho argumenta em torno da tese da superioridade da figura do padre Manuel Bernardes em relação à do padre Antonio Vieira.

Leia-se o seguinte excerto:

É Vieira sem contradição mestre guapíssimo de nossa língua e o mesmo Bernardes assim o conceituava; que, porém, a si o propusesse como exemplar, nem o indica, nem consta, nem se pode com indução plausível suspeitar; eram ambos engenhosos no discorrer, puros e esmerados no exprimir — eis aí sua única semelhança; no mais pareciam-se como entre si se podem parecer duas árvores de espécie diversíssima.

[...] Por tudo isto, admira-se a Vieira; a Bernardes admira-se e ama-se.³⁷

Sujeita-se, por conseguinte, a descrição, tanto ao tipo de texto no qual ela se desenvolve quanto às suas finalidades enunciativas, tais como apresentar, provar, constatar.

Não se esqueça, contudo, sua função por vezes predominantemente *decorativa* — onde se faz patente a característica estrutural do texto descritivo representada na *expansão* e na *digressão*.

Esta virtualidade expansiva e digressiva — quando situada a descrição no texto narrativo — permite ao narrador

³⁷ CASTILHO, Antonio F. de. Paralelo entre Bernardes e Vieira. In: *Antologia*. BARRETO, Fausto & LAET, Carlos de, orgs. São Paulo, Francisco Alves, 1958, p. 186-7.

explorá-la em *função dilatória* (a expressão é de P. Hamon) — a que retarda o relato de determinados acontecimentos.

Do exposto, pode-se concluir quanto à viabilidade de se amoldar também o texto descritivo a categorias constituintes de uma superestrutura. O que quer dizer que — também para esse tipo de texto — há modos e recursos de articulação.

6

Conclusão

Talvez se ajuste bem ao capítulo da conclusão um exame do reverso da medalha: o texto “bem-comportado” transmutado em indisciplina.

Entremos, então, por “descaminhos” do texto — as vias que, por isso, não devem ser trilhadas.

A partir daquilo que vimos sobre o processo articulatório, o que seria, afinal, possível concluir acerca desse texto “malcomportado”?

Vamos surpreendê-lo primeiro como um todo que não se sustenta em unidade, porque faltam às partes os “nós” (os *ties*), de que fala Halliday. Interativas na montagem do todo, as partes, se bem interligadas, lhe determinam a coesão. Esta, por sua vez, há de ser fruto da coerência — fenômeno antes pragmático, preexistente à sucessão de unidades lingüísticas relacionadas.

Ferida a unidade, fere-se conseqüentemente a clareza. E vemos o texto — o “malcomportado” — veículo de mensagem ambígua, senão obscura ou mesmo aberrante, avessa ao processo pelo qual se cria e relaciona, organiza e apreende significado.

Mensagem cuja função, no entanto, se preencheria a contento se sustentada à força de um acordo: o das relações